ACAMPAMENTOS DO MST

identidade e luta pela terra no Sudeste paranaense

HUDSON CLEITON RESSAI BASKOSKI

SUMÁRIO

PARA INÍCIO DE CONVERSA... 2
TERRITÓRIO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA 4
O SURGIMENTO DO MST E AS LUTAS CAMPONESAS 5
ACAMPAMENTOS E A EXPANSÃO DO MST 8
O SUDESTE PARANAENSE 10
ACAMPAMENTO REDUTO DE CARAGUATÁ 13
ACAMPAMENTO VITÓRIA DO CONTESTADO 15
SUJEITOS DA PESQUISA: TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS 18
ACAMPAMENTO, PRODUÇÃO E SIGNIFICADOS 23
TERRITORIALIDADES 29
O que é a territorialidade? 29
A territorialidade como controle e domínio 30
A territorialidade como identidade e simbolismo 36
SEGUINDO A CAMINHADA 41
BIBLIOGRAFIA 44

Ella está en el horizonte.
Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos.
Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá.
Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré.
¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.

(Eduardo Galeano – Ventana sobre la Utopía, Las PalabrasAndantes)

PARA INÍCIO DE CONVERSA...

Caro leitor ou leitora, esse texto tem o objetivo de manter viva algumas das histórias, resistências e identidades dos acampamentos: Reduto de Caraguatá e Vitória do Contestado. Busco, com esse livreto devolver para as comunidades pesquisadas um pouco daquilo que aprendi e construí a partir dos nossos diálogos, rodas de chimarrão, assadas de pinhão, longas caminhadas. Mas não faria sentido apenas trazer escrito aquilo que vocês me disseram, por isso, busco também trazer algumas reflexões que os 7 anos de estudo da Geografia contribuíram, tentando trazer em uma linguagem mais acessível, um pouco daquilo que aprendi através dos livros. Espero que a leitura desse texto possa de alguma forma contribuir com a sua conquista e resistência.

O espaço agrário brasileiro é marcado historicamente por conflitos que fazem do campo um território em constante disputa entre diferentes classes sociais: os camponeses e os capitalistas. Essas disputas mostram contradições históricas entre suas diferentes formas de uso, apropriação e produção de significados e identidades.

Hoje, graças à luta dos movimentos sociais e à atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mais de 1 milhão de famílias vivem em cerca de 9,5 mil assentamentos de reforma agrária no Brasil (BRASIL, s.d.), garantindo o acesso à terra, um direito fundamental para sua sobrevivência e modo de vida.

Porém, a reforma agrária no Brasil ainda acontece de forma lenta e cheia de dificuldades, resultado de disputas e da falta de políticas públicas mais eficazes. Na prática, acaba sendo um processo burocrático e instável, que muitas vezes não resolve o problema da concentração de terras, servindo mais para diminuir os conflitos no campo do que para transformá-los de fato. Nesse contexto, o acampamento é uma etapa importante, onde as famílias ocupam áreas para pressionar o poder público a desapropriar e destinar a terra. Porém, esse caminho costuma demorar muitos anos, e há casos em que famílias permanecem mais de duas décadas acampadas sem que o assentamento seja efetivado.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é um movimento social que tem por objetivo articular e organizar os trabalhadores rurais para conquistar a reforma agrária. O movimento busca, através das ocupações, entrar e permanecer na terra a fim de modificar sua histórica forma de apropriação. Desde sua formação, o MST tem sido a principal organização a desempenhar essa forma de enfrentamento (FERNANDES, 2001).

Os acampamentos do MST são uma forma de resistência e de construção de um novo jeito de viver e se relacionar com a terra. É neles que começa, na prática, a luta para conquistar e permanecer no território, diante do avanço do agronegócio que muitas vezes expulsa os

camponeses. **Por isso, os acampamentos são a linha de frente da luta pela reforma agrária no Brasil.**

O Paraná é caracterizado por um processo de concentração fundiária, que possui em sua história a colonização estatal e privada, grilagens de terra e ocupações que deram origem aos focos de violência no campo paranaense. Contudo, esse processo foi intensificado com a Lei de Terras, de 1850, que transformou a terra em mercadoria restringindo o acesso dos camponeses. Esses processos continuaram as desigualdades e impulsionaram a formação de movimentos sociais no estado que passaram a lutar pela reforma agrária e territorialização camponesa (ROSAS, 2016).

Os acampamentos do MST na região Sudeste do Paraná são territórios de resistência camponesa, onde se constroem relações sociais marcadas por práticas coletivas, simbologias e disputas por poder e controle territorial. Embora esses espaços sejam, muitas vezes, temporários e marcados por condições precárias, neles se desenvolvem formas próprias de territorialidade, baseadas tanto em aspectos materiais quanto simbólicos.

A realização desse trabalho se deu através da pesquisa em diversos livros e textos sobre o MST, reforma agrária, e territórios. Após as leituras, o trabalho se expandiu para o campo que se dividiu em três etapas principais, a aproximação com os grupos a serem estudados, a inserção dentro dos acampamentos e a realização das entrevistas.

No início da pesquisa, foi preciso se aproximar das famílias e conhecer melhor a realidade dos acampamentos. O primeiro contato foi feito pelo WhatsApp com as lideranças, para se apresentar e marcar uma visita. A primeira ida a campo aconteceu no Acampamento Reduto de Caraguatá, em janeiro de 2025. Nesse momento, foram feitas as apresentações, explicados os objetivos da pesquisa e pedido autorização para realizá-la. Essas primeiras conversas não foram gravadas, pois o mais importante era criar confiança e fortalecer o vínculo com as famílias. De forma parecida, a primeira visita ao acampamento Vitória do Contestado, realizada em maio de 2025.

Depois das primeiras conversas, a pesquisa seguiu com o trabalho de campo, principalmente por meio da convivência direta com as famílias nos acampamentos. O pesquisador participou do dia a dia, trocando experiências e observando de perto a realidade, o que permitiu entender melhor aspectos que não aparecem em outros tipos de estudo. Essa vivência aconteceu no acampamento Reduto de Caraguatá entre o final de abril e início de maio de 2025, e no Vitória do Contestado entre o final de junho e início de julho do mesmo ano.

A partir dessas reflexões iniciais seguimos as discussões de alguns temas centrais da geografia voltados a entender os acampamentos, lembro mais uma vez que esse texto não tem

um valor legal, seu objetivo é informar e guardar a memória. Para aqueles que desejam as reflexões em um nível mais aprofundado, ou procura citar academicamente o texto eu indico a leitura do material completo, a dissertação: TERRITORIALIDADES NOS ACAMPAMENTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO SUDESTE DO PARANÁ (2005-2025), desenvolvida por mim sob a orientação do Prof. Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas**.**

TERRITÓRIO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

Para Fernandes (2005), os territórios se formam no espaço geográfico por diferentes relações sociais. Segundo o autor, "O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. [...] Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades".

As relações e as classes sociais criam diferentes territórios, os quais perpetuam as conflitualidades. O autor afirma que os territórios capitalistas originam territórios não capitalistas. Esse processo ocorre de forma desigual e conflituosa, resultando em disputas territoriais contínuas. Essas disputas não ficam apenas no campo econômico, já que o território, sendo uma totalidade com várias dimensões, estende essas disputas a todas as esferas. Assim, os conflitos também se manifestam nos âmbitos político, teórico e ideológico (FERNANDES, 2009).

Nesse texto, partimos da definição de que o território, diferente do espaço, tem como referência central as relações de poder estabelecidas dentro de suas fronteiras, o território que entendemos aqui é multidimensional, ou seja, apresenta diversas vertentes.

O território é o elemento central para essa pesquisa, pois entendemos que os acampamentos representam a materialização dos ideais defendidos pelo movimento, que ao se envolverem nas conflitualidades da luta pela terra, estabelecem nela as fronteiras materiais e imateriais que constituem suas relações de poder e identidades com o território.

Entre os movimentos sociais que lutam por uma transformação estrutural, se destacam os movimentos camponeses. Mesmo com a variedade de ideias e manifestações, grande parte dos movimentos sociais camponeses busca lutar contra a apropriação concentrada da terra, base da estrutura capitalista e causadora da miséria, violência e brutalidades no campo (FABRINI, 2011).

O Brasil é um país com enorme extensão territorial, possuindo grande potencial para uma agricultura que garanta a dignidade e a soberania de seu povo. Entretanto, os dados do censo agropecuário de 2017 revelam contradições enormes em relação a estrutura agrária do país. Segundo o IBGE (2020), o índice de Gini – indicador da desigualdade no campo – registrou 0,867 pontos naquele ano. Esse número coloca o Brasil entre os países com maior concentração de terra

do mundo. No seu entorno, a América Latina representa a região com a maior desigualdade agrária do mundo, sendo que apenas 1% das propriedades rurais possuem área maior que as 99% restantes (OXFAM, 2016).

Os dados do último censo agropecuário mostram que as propriedades com menos de 50 hectares representavam 81,4% do total de estabelecimentos rurais, mas que ocupavam apenas 12,8% da área total. Por outro lado, os estabelecimentos que ultrapassam os 2.500 hectares representam apenas 0,3% do total e ocupavam 32,8% da área de estabelecimentos do país. Em relação ao pessoal ocupado, as propriedades com até 50 hectares acolhiam 71,7% dos trabalhadores (IBGE, 2020).

Nesse sentido, Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), já apontavam que em média nas propriedades capitalistas trabalham apenas 2 pessoas a cada cem hectares, enquanto nos territórios camponeses a proporção era de 15 pessoas a cada 100 hectares. Esses dados contribuem com o fato de que a maior parte das pessoas que trabalham na agricultura camponesa vive no campo, para elas a terra é lugar de produção e moradia, já para o agronegócio a terra é apenas lugar de produção.

Outra forma de desigualdade no campo brasileiro está relacionada ao sexo do produtor. Os estabelecimentos dirigidos por mulheres ficam em torno dos 19% do total e a área média de suas propriedades é menor que entre os produtores do sexo masculino. Essa desigualdade é bem mais baixa entre os assentados pelo INCRA (IBGE, 2020).

Apontamos ainda que 74% dos agricultores recebem somente 15% do crédito agrícola. Temos então um “Brasil agrário paradoxal”, onde, de um lado o agronegócio controla a grande maioria da área agricultável, recebe 85% do crédito e emprega apenas ¼ das pessoas. De outro lado temos os camponeses que representam ¾ da população empregada, ¼ da área agricultável e apenas 15% do financiamento (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014).

O SURGIMENTO DO MST E AS LUTAS CAMPONESAS

O MST surgiu a partir da junção de vários movimentos populares de enfrentamento, resistência e de luta pela terra que surgiram ainda durante a ditadura militar. No final da década de setenta, em vários estados brasileiros ocorreram lutas localizadas que deram início ao movimento. No início dos anos oitenta, os movimentos camponeses conseguem condições de se unificar, a partir de ocupações de terra nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Destacamos também alguns casos de lutas camponesas que contribuíram para o enfrentamento da questão agrária no Brasil, como a Guerra de Canudos, no final do século XIX, Guerra do Contestado, início do século XX, e mais adiante as ações das

Ligas Camponesas, a Guerrilha de Porecatu, Trombas e Formoso e Revolta dos Posseiros do Sudoeste. (FERNANDES, 2012; ROOS et al., 2021).

Existem 3 fatores importantes que contribuíram na formação do movimento: a) socioeconômico, na década de 1970, a agricultura brasileira passou por importantes transformações, como o aumento da mecanização nas lavouras, que expulsou do campo grandes contingentes populacionais; b) ideológico, onde o trabalho pastoral da Igreja Católica e Igreja Luterana, contribuíram para a reorganização das lutas camponesas, principalmente a partir da formação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT); e c) político, que leva em consideração o período naquela década que coincidiu com as lutas pela democratização, onde a luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias (STÉDILE e FERNANDES, 1999).

No começo do século XX, na região que se distribui hoje entre Paraná e Santa Catarina, a Guerra do Contestado, foi um conflito que se destacou na região Sul do Brasil. O conflito, muitas vezes anunciado como uma disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, na verdade têm raízes muito mais profundas do que uma disputa entre os estados. Segundo Roos et al. (2021), o que desencadeou o conflito foi a entrega de 30 quilômetros de terra às margens dos trilhos da ferrovia São Paulo-Rio Grande, para a Brazil Railway Company como forma de pagamento pela construção da ferrovia. Porém, a área já era ocupada por camponeses e indígenas. Com a chegada da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, subsidiária da Brazil Railway, para a retirada da madeira, a milícia armada iniciou a expulsão violenta dos camponeses e indígenas ali estabelecidos. Os camponeses organizaram a resistência baseados nos ensinamentos do monge João Maria, mas o conflito foi marcado pelo uso desproporcional de força estabelecido pelas Polícias Militares do Paraná e Santa Catarina, milícia armada das empresas e exército.

Neste cenário, se destaca a figura dos redutos, que eram espaços em meio à floresta, utilizados pelos camponeses como forma de organização de suas resistências, de socialização e pautados nos princípios de igualdade e solidariedade (ROOS et al., 2021). O Reduto Arraial de Caraguatá, se destaca por ser o último e principal núcleo de resistência na região do Contestado, nesse reduto não havia propriedade privada da terra e nele os camponeses resistiram a diversas incursões militares. Entretanto, em dezembro de 1914, cerca de 7 mil homens do exército, mil policiais militares e trezentos jagunços que juntos contaram ainda com o apoio de aviões militares massacraram o último núcleo, dando fim a resistência camponesa (FERNANDES, 2000).

A partir de 1945, começaram a se formar em vários estados do Brasil, as Ligas Camponesas, que eram organizações políticas de camponeses, posseiros, proprietários, meeiros e parceiros. As ligas camponesas eram apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e buscavam uma reforma agrária radical, resistindo ao assalariamento, expropriação e expulsão da

terra, através das ocupações. Em 1964, com o golpe militar, mesmo com a tentativa de organizar grupos guerrilheiros, as Ligas foram aniquiladas. Já no Rio Grande de Sul, no final da década de 1950 Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER) surgiu com a resistência de 300 famílias e se territorializou por todo o estado (FERNANDES, 2000).

Entre 1940 e 1964, os primeiros encontros de organização camponesa aconteceram ao mesmo tempo que diversos conflitos de luta pela terra por todo o Brasil. No Paraná, durante a década de 1950, se destacam a Guerrilha de Porecatu, no Norte do estado e a Revolta dos Posseiros do Sudoeste.

Entre 1965 e 1985, o Brasil passou por um processo de modernização agrícola que transformou profundamente o campo brasileiro, favorecendo a agricultura capitalista em desfavor a agricultura camponesa. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) financiou a modernização, mas por outro lado deixou a agricultura cada vez mais dependente de tecnologia e insumos estrangeiros. Essa transformação aumentou a concentração de terras, promoveu o crescimento do trabalho assalariado no campo e aumentou os conflitos e a luta pela terra (FERNANDES, 2012).

Durante a ditadura militar, foi criado o Estatuto da Terra, que buscava resolver questões pontuais de conflitos agrários, com o objetivo de desmobilizar a luta camponesa, evitando que a questão agrária tomasse proporções a nível nacional. Mas a questão agrária já havia tomado grandes proporções, a militarização havia aumentado as diversas formas de violência no campo, com os jagunços e a polícia que defendiam os interesses dos latifundiários (FERNANDES, 2000).

Ainda no Paraná, além das revoltas já citadas, a luta camponesa ganhou ainda mais força a partir da organização dos agricultores que tiveram suas terras expropriadas durante a construção da barragem de Itaipu no final da década de 1970, com suas terras alagadas pelo reservatório da usina hidrelétrica, os agricultores se organizaram através do Movimento Justiça e Terra (MJT) para reivindicarem uma indenização justa. Destaca-se ainda o Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra do Oeste (MASTRO), fundado em 1981. Enquanto o MJT buscava indenizações justas, o MASTRO iniciou a luta pela reforma agrária, a partir daí outros movimentos passaram a se formar em outras áreas do Paraná (ROOS et al., 2021).

Além disso, a organização através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e a importante participação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) e igreja católica com a criação da CPT formaram o MJT, que mais tarde, com o MASTRO, possibilitaram a organização MST (ROOS et al., 2021).

Por fim, a fundação oficial do MST, se refere ao I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido entre os dias 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de

Cascavel, no Paraná. O encontro contou com a participação de 80 representantes de 13 Estados brasileiros. Na oportunidade, também foram definidos os princípios, estrutura, reinvindicações, formas de organização e de luta do movimento (STÉDILE e FERNANDES, 1999).

ACAMPAMENTOS E A EXPANSÃO DO MST

A territorialização do MST acontece principalmente através da ação do Setor de Frente de Massas, que se deslocam para áreas urbanas periféricas e procuram entender a questão agrária e situação dos sem-terra. Esse setor fica responsável por reunir as famílias da região para a reflexão sobre a situação de trabalho e terra, formar uma coordenação local e analisar a conjuntura política para decidir as próximas etapas. Esse trabalho é feito pelos próprios trabalhadores, mas muitas vezes recebe o apoio da igreja, sindicatos ou partidos políticos. Após alinhadas as decisões, as famílias partem rumo a ocupação de terra (FERNANDES, 2012).

Fernandes (2000) entende a ocupação como uma forma de resistência camponesa frente ao desenvolvimento contraditório do capitalismo. A ocupação é um processo socioespacial e político que cria e recria o campesinato no interior do processo de territorialização do capital.

> "Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão que o capital lhes causa e ou pelos próprios meios de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de identificação da luta de classes" (FERNANDES, 2000).

O MST possui várias formas de luta, que são diferentes em cada região (organização, formação, táticas de luta e negociação com o Estado e latifundiários), que tem como ponto de partida os trabalhos de base. Entretanto, o trabalho de base parte desde as primeiras reuniões onde são definidos os objetivos, de acordo com a necessidade do grupo, até o processo de contínuo aprendizado e formação política a partir das trocas de experiência e trajetórias de vida que contribuem na construção da identidade Sem Terra (FERNANDES, 2000).

O trabalho de base também tem a missão definir qual terra será ocupada, isso leva em conta o número de famílias, a pesquisa sobre a área que se pretende ocupar e o levantamento de documentos.

Escolhida a área acontece o momento da ocupação, que muitas vezes é conflituosa, mas que marca o momento em que os trabalhadores sem-terra vêm a público, construindo espaços de resistência ocupando terra ou acampando as margens das rodovias. Participar de uma ocupação é um processo que representa a transformação da própria vida, por esse motivo, muitas famílias encontram uma situação de medo ou indecisão. Cabe a essas famílias a confiança nas pessoas que compõe o movimento e a convicção de sua verdade na luta pela terra (FERNANDES, 2000).

Dentro dos acampamentos também existem contradições, como os camponeses que ficam vigiando durante o processo e vão para o acampamento apenas quando a ocupação foi realizada. O aumento da participação das famílias e a territorialização do movimento também abriu brechas para a infiltração de policias ou jagunços para espionar as ocupações (FERNANDES, 2000).

Ao longo do tempo, os sem-terra adotaram diversas estratégias de luta, entre essas ações estão as marchas, a ocupação de prédios públicos e os protestos em frente às instituições bancárias. Essas ações intensificaram-se como mobilizações, aumentando a capacidade de pressão dos trabalhadores nas negociações com o governo. Além disso, essas ações tornam visíveis suas condições, atraindo tanto apoio quanto às críticas da opinião pública e de vários setores da sociedade (FERNANDES, 2000).

Os acampamentos são uma ocupação de terra, seja em um latifúndio improdutivo ou na beira da rodovia que serve como forma de pressão aos órgãos competentes para que seja feita a reforma agrária, concedendo os títulos de uso e transformando a área do acampamento em um assentamento. A sustentação dos acampamentos é uma forma de pressão para reivindicar o assentamento (FERNANDES, 2000).

Essas ocupações têm como objetivo principal pressionar os órgãos públicos para que se aplique a Lei que garante a realização da reforma agrária, conforme o art. 184, "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária [...]" (BRASIL, 1988).

Assim, destacamos que as áreas ocupadas pelos camponeses cumprem os requisitos necessários de desapropriação para fins de reforma agrária, conforme estabelece o art.186 da Constituição Federal, onde as propriedades rurais devem cumprir sua função social. Desse modo, devem proporcionar um aproveitamento racional e adequado do solo, utilização adequada de recursos naturais e preservação do meio ambiente, regulações trabalhistas conforme legislação específica e o bem-estar de proprietários e trabalhadores. Descumpridos os critérios acima, o imóvel rural está passível de desapropriação para fins de reforma agrária (BRASIL, 1988).

Fernandes (2000), afirma que o acampamento é um espaço de luta e resistência, que inicia o processo de territorialização da luta pela terra. Para o autor, o acampamento é a transição, entre a ocupação e o assentamento, onde os sem-terra promovem uma ação concreta e imediata, como uma condição para a negociação, colocando em questão a propriedade capitalista da terra, na construção de uma propriedade familiar. As experiências do MST mostraram que dificilmente a terra será conquistada sem as ocupações, mesmo os acampamentos que se mantiveram por anos

em beira de rodovia, apenas com o processo de ocupação obtiveram êxito na luta. Nesse sentido, Stedile, aponta:

> "A ocupação dá esse sentido de unidade às pessoas, para lutarem por um mesmo objetivo. Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança. Por isso é que não dá certo ocupação só com homem [...] Tem de ter a família, porque já está em processo o que vai ser a comunidade. Outro aspecto é que ela desmascara a lei. Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve ocupação. É só comparar. Onde não tem o MST, não tem desapropriação. Onde o movimento é mais fraco, menor é o número de desapropriações, de famílias beneficiadas. A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito" (STEDILE E FERNANDES, 1999).

Em geral, os acampamentos têm uma organização em círculo ou linha, onde são feitas as escolas, farmácias, hortas e o local onde são realizadas as assembleias. Ao organizar um acampamento, as famílias criam diversas comissões e organizações que dão condições para manter as necessidades básicas: saúde, segurança, educação, trabalho, negociação, etc. Muitos acampamentos possuem escolas improvisadas em barracos de lona, principalmente para as séries iniciais; um barraco que funciona como farmácia e, dentro de latifúndios, organizam mutirões para plantar e garantir alimentos, quando em beira de rodovia, plantam entre a estrada e a cerca (FERNANDES, 2000).

A conquista da terra articula acampamentos, ocupações e assentamentos, permitindo a espacialização das lutas e a ampliação da territorialidade camponesa. O território fortalece os movimentos sociais no campo e serve de alicerce para a cooperação e a construção de igualdade, "é do território que emana a força dos movimentos sociais no campo. As lutas camponesas se alimentam da força do território" (FABRINI, 2011).

Entendemos que, embora os acampamentos apresentem caráter transitório e estejam constantemente sujeitos a reintegrações de posse, conflitos e ameaças, o próprio ato de ocupação e delimitação da área já configura uma forma de territorialização, ainda que primitiva e precária. Assim, compreendemos o acampamento como território, mesmo em condição instável, marcado por processos de territorialização e desterritorialização. É sobre essa ideia que esse texto se estrutura: considerando a lógica transitória desses territórios, buscamos identificar as territorialidades ali desenvolvidas e analisar em que medida elas contribuem (ou não) para a continuidade dos acampamentos.

O SUDESTE PARANAENSE

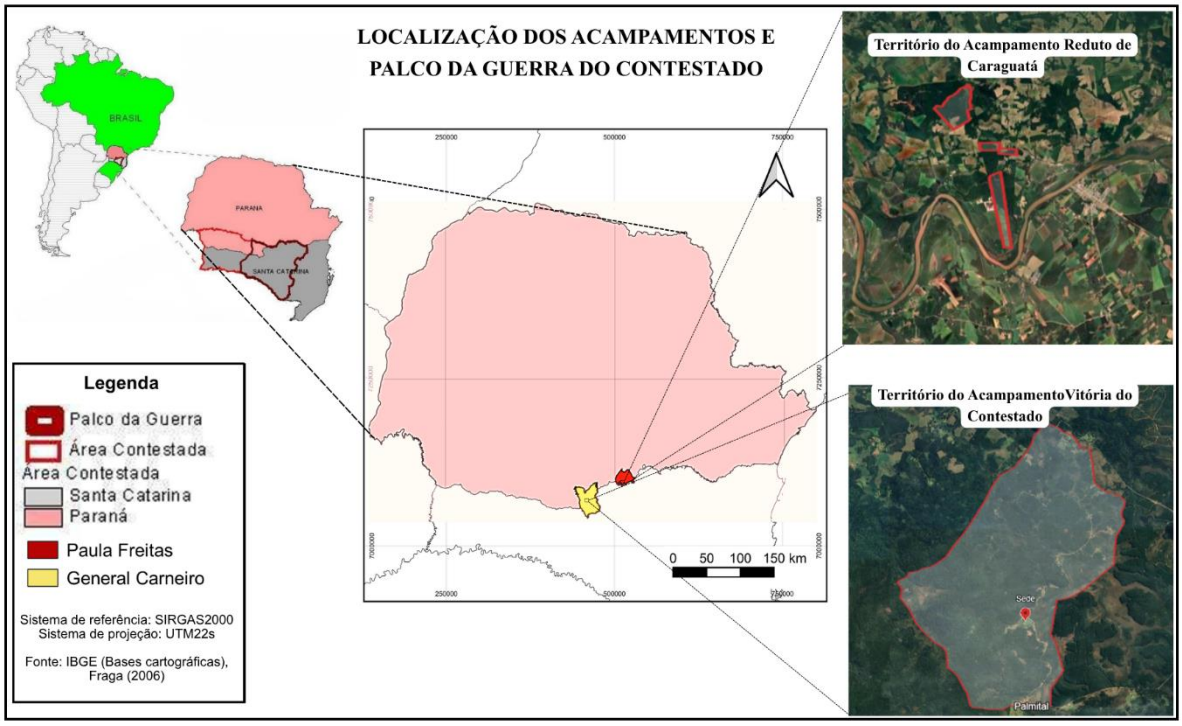
Os acampamentos Reduto de Caraguatá e Vitória do Contestado localizam-se nos municípios de Paula Freitas e General Carneiro, na mesorregião Sudeste do estado do Paraná.

Ambos os municípios integram a Região Geográfica Imediata de União da Vitória, situando-se no sul do território paranaense fazendo divisa com o estado de Santa Catarina.

Os acampamentos em questão compõem a Brigada Iguaçu, um conjunto de acampamentos e assentamentos do MST, que além dos acampamentos estudados, incluem também 7 assentamentos localizados no município de Bituruna e 2 assentamentos no município de General Carneiro.[1]

Os dois municípios compõem o território do Contestado. Que, de acordo com Galeano (2010), foi "uma das mais intensas páginas da fúria popular de toda a história do Brasil" (p.282).

Figura 1 - Localização dos acampamentos



Fonte: Fraga (2006), Google Earth (2025). Org: Autor (2025).

A concentração de terras, ainda é fortemente presente no Território Contestado, ficando como uma característica geográfica que se intensificou depois da Guerra, com a morte e expulsão dos caboclos de suas terras. Desse modo, a terra foi e continua sendo o elemento central das disputas que configuram uma marca histórica no chão do Contestado. (FONSECA E GEMELLI, 2017).

> "[...] as terras passam a pertencer a empresa que explora a madeira, expulsa os caboclos e caboclas que em sua maioria eram posseiros, retira a madeira e vende as terras a colonos europeus. Tudo isso alicerçado num discurso que pregava a modernização do território e a incapacidade do caboclo de se adequar ao novo momento trazido pela República, para

[1] Atualmente, são considerados seis assentamentos em Bituruna e um em General Carneiro. Os números apresentados no texto se referem constituição da ocupação e o posterior assentamento, ainda nos municípios citados. Depois, por modificações nos limites entre municípios, tanto General Carneiro, quanto Bituruna, "perderam" parte de seu território e junto com ele, os assentamentos que passaram a fazer parte de outros municípios.

> tanto, promoveu-se a limpeza étnica, era preciso substituir o caboclo e a cabocla pelos trabalhadores europeus" (FONSECA; GEMELLI, 2017).

Para entender a violência no campo na região do Contestado, é preciso olhar para a forma como as relações sociais se formaram ao longo da história e para o papel do Estado, que muitas vezes fortaleceu o poder local dos coronéis (FRAGA, 2006). Esses grupos acumularam influência política e econômica e tiveram grande peso na forma como a terra foi distribuída na região, tanto na época da Guerra do Contestado quanto nos dias de hoje. Mesmo mais um século depois do conflito, esse poder ainda permanece, agora representado pelos chamados "coronéis da terra e da madeira", que controlam grandes áreas com o avanço das plantações de pinus. Esse tipo de plantação concentra ainda mais a terra e transforma grandes áreas em paisagens homogêneas, com pouca diversidade de vida, os chamados "desertos verdes", dificultando outras formas de uso da terra e de vida no campo (FONSECA; GEMELLI, 2017).

Paula Freitas e General Carneiro ficam numa região antiga, dentro da Bacia do Paraná, uma grande área formada há milhões de anos. Mesmo sendo municípios próximos, eles estão em partes diferentes do relevo. Paula Freitas fica numa área de planalto com morros mais suaves, com partes mais altas alongadas e encostas arredondadas. Já General Carneiro está numa área mais recortada, com morros mais inclinados e vales em forma de degraus (MINEROPAR, 2001; SANTOS et al., 2006).

O clima nas duas cidades é temperado úmido, com chuva bem distribuída ao longo do ano. O verão é fresco, não muito quente, e o inverno é frio. General Carneiro é conhecida como uma das cidades mais frias do Paraná, principalmente por causa da altitude elevada, próxima de mil metros acima do nível do mar. Os dois municípios fazem parte da região do Rio Iguaçu.

A vegetação típica da região é a mata de araucária, também chamada de Floresta Ombrófila Mista. Nessa floresta cresce bastante a araucária, o pinheiro-do-paraná, que costuma aparecer em grupos. Debaixo dela também crescem outras árvores menores, arbustos e plantas do mato, formando uma mata rica e variada.

Do ponto de vista socioeconômico, General Carneiro apresenta o Índice de Gini da Renda Domiciliar per capita inferior a Paula Freitas, ou seja, há uma maior distribuição da renda domiciliar. Por outro lado, o Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), indicador que considera a longevidade, educação e renda nos municípios, de General Carneiro está em 0,652, que embora seja classificado como médio, coloca o município na posição 356, dos 399 municípios do Paraná. Já o município de Paula Freitas com a marca de 0,717 tem um índice considerado alto, o deixando na posição 144 do estado.

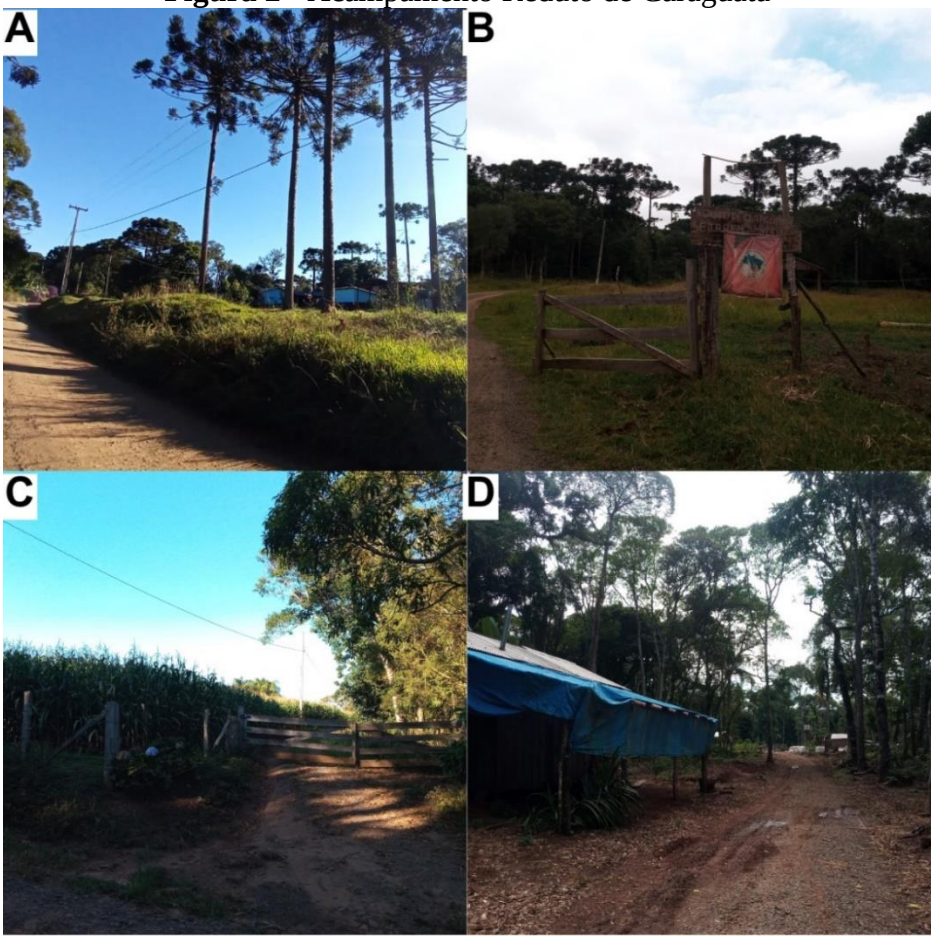
Por fim, a pobreza, a desigualdade social e a concentração fundiária que ainda assolam grande parte dos municípios da região, são frutos da opção econômica da concentração de terras

e das monoculturas. Tais problemas expõem as cicatrizes de uma região marcada pela violência de um conflito que supera a história contada e se manifesta simbólica e materialmente no campo que se precariza para garantir a sua existência (FRAGA; GONÇALVES; CAVATORTA, 2017; FONSECA; GEMELLI, 2017).

ACAMPAMENTO REDUTO DE CARAGUATÁ

O Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC) fica na localidade de Faxinal, no município de Paula Freitas-PR. Seu nome faz referência ao Reduto Arraial de Caraguatá, conhecido por ser o último e um dos principais núcleos de resistência cabocla durante a Guerra do Contestado.

Figura 2 - Acampamento Reduto de Caraguatá



Fonte: Baskoski (2025).

Atualmente 45 famílias estão acampadas, algumas delas de característica faxinalense, de faxinais no município de Rebouças. Outras famílias chegaram a partir de despejos realizados em acampamentos anteriores, com destaque para o Acampamento Antônio Conselheiro, no município da Lapa e o Acampamento Primeiro de Maio, em General Carneiro, ambos passaram por despejos violentos e foram extintos.

O acampamento está estabelecido sobre quatro áreas diferentes, mas próximas umas das outras, que somam uma área aproximada de 157 alqueires. Seguindo a subdivisão adotada pelos

camponeses acampados, as 4 áreas estão distribuídas em 3 núcleos: núcleo Escola, Iguaçu e L (L. C. R., 2025, ARC). A subdivisão das áreas ocupadas pelo acampamento na região da localidade Faxinal, pode ser compreendida a partir do conceito de território descontínuo.

A ocupação que deu origem ao acampamento ocorreu em 17 de fevereiro de 2005, a área ocupada pertencia inicialmente ao extinto banco Banestado, onde ao decretar falência, as áreas passaram automaticamente para a Agência de Fomento do Estado do Paraná, uma agência de capital misto. O entrevistado L.C.R. destaca ainda que a área foi indicada pelo próprio INCRA, que, inclusive, auxiliou no transporte dos camponeses, principalmente após o despejo sofrido na Lapa.

> "A definição era ocupar a área e logo em seguida transformar em assentamento, como o INCRA ele faz parte do governo federal, as mudanças de governo muda os funcionário do INCRA então também muda as prioridades e o processo se arrastou até hoje" (L. C. R., 2025, ARC).

O entrevistado relata que muitas propriedades da região possuem problemas documentais e que muitas delas remetem a caducidade e ao rompimento do contrato da Lumber com o governo federal, em 1929. Prova disso é o "alvoroço" que acontece quando o INCRA visita à região.

Durante a ocupação, não haviam grandes preocupações em relação as áreas particulares da região, mas

> "O medo era que o MST ocupasse aquilo que era da agência, que já era público... Porque eles tavam ocupando, e muitas pessoas ainda seguem ocupando as áreas que são públicas, que falam mal do MST porque ocupou, mas eles estão ocupando isso aqui há quantos anos né" (L. C. R., 2025, ARC).

O modelo adotado pelo acampamento é o sistema de agrovilas. Segundo o entrevistado L. C. R., durante os 41 anos de existência do MST, as experiências os levaram a entender que o modelo de agrovila é a melhor forma de construção de uma comunidade de resistência. Nesse sistema, existe a facilidade em relação a instalações de energia elétrica e água, podendo os camponeses se auxiliarem em um eventual problema no fornecimento de um destes. Além disso, o entrevistado relata o processo de envelhecimento dos acampados, a proximidade seria assim facilitada para garantir o cuidado a essas pessoas.

O sistema possui um caráter democrático, possibilitando que todos os moradores tenham acesso a todas as áreas comuns: área de mata, campo de futebol, erva-mate, potreiro, área de planta, escola, igreja e local que posteriormente será construído o posto de saúde. Além das áreas comuns, os lotes individuais dentro da agrovila possuem uma área de aproximadamente um hectare.

As áreas de plantio são divididas da seguinte forma: áreas individuais, que são repartidas de acordo com a necessidade de cada camponês, nesses lotes individuais há uma liberdade do tipo de produção e da quantidade que cada um pretende produzir; e áreas coletivas, que

representam o restante das áreas que não foram utilizadas individualmente pelas famílias, nas áreas coletivas parte dos acampados a definição do que será produzido e o destino dessa produção. Por exemplo a destinação para solidariedade ou a venda para arrecadação de dinheiro para melhorias e despesas do acampamento.

Na destinação para a solidariedade, podemos destacar a campanha do MST durante a pandemia, o acampamento doou 150 cestas básicas ao CRAS local, totalizando quase uma tonelada de alimentos como pão caseiro, abóbora, feijão, arroz, banana e melado, em sua maioria, de base agroecológica.

A principal produção do acampamento é a erva-mate, além das características geográficas do local e culturais dos acampados que possibilitam a produção, há ainda que se destacar a maior facilidade de venda em todas as etapas do seu crescimento: sementes, mudas e posteriormente as folhas (L.C.R., 2025, ARC). Em relação a erva-mate, destacamos ainda o beneficiamento feito artesanalmente pelo coletivo de mulheres do acampamento, através do Carijo Flor do Sul[2]. Mesmo com a limitação de recursos e a necessidade de um secador, o Carijo tem seu funcionamento em datas especiais e festivas, produzindo a erva-mate pronta para o consumo (R. M., 2025, ARC).

É necessário destacar que a erva-mate é natural da região, portanto coexiste com outras espécies da floresta Ombrófila Mista. A essa produção, em meio a mata nativa, tem-se o nome de erva-mate sombreada.

Nas áreas de produção individual se destacam o milho e o feijão, produzidos de acordo com a afinidade e necessidade de cada produtor. Em relação a forma de produção, cada produtor tem a liberdade de escolha (convencional, orgânico ou agroecológico), em seu lote individual. Porém, a proposta é de avançar cada vez mais em direção ao agroecológico, uma das principais bandeiras defendidas pelo MST (L. C. R., 2025, ARC).

Nas áreas de produção coletiva há ainda a soja, que foi utilizada principalmente para quitar o maquinário adquirido (trator, pé de pato e implementos). Contudo, a proposta é a redução gradativa dessa produção e a eliminação em até dois anos “e deixar só essas cultura que a gente tenha afinidade do ponto de vista de ser camponês” (L. C. R., 2025, ARC).

ACAMPAMENTO VITÓRIA DO CONTESTADO

O Acampamento Vitória do Contestado (AVC) situa-se na localidade de Faxinal dos Santos, no município de General Carneiro-PR. Em seu nome, o acampamento também faz referência direta a Guerra do Contestado.

[2] Barraco onde é feito o beneficiamento artesanal da erva mate, desde a secagem, em prateleiras próximo ao fogo; socagem [maceração] no pilão até a embalagem (R. M., 2025, ARC).

Figura 3 - Acampamento Vitória do Contestado

Fonte: Baskoski (2025).

O acampamento possui uma área contínua de aproximadamente 913 hectares, que pertencem legalmente à Indústria de Comércio de Madeira J. Pereira LTDA. De acordo com os acampados a madeireira acumula multas ambientais e entraves jurídicos relacionado ao falecimento do proprietário original.

Atualmente o acampamento é composto por 47 famílias, suas origens são variadas, algumas vieram de outros acampamentos da região, outras passaram por despejo no extinto Acampamento Primeiro de Maio. Contudo, é necessário destacar que grande parte das famílias que participaram da ocupação e algumas que ainda estão no acampamento moravam em condições precárias no Bairro São João, em General Carneiro. O bairro em questão é uma área com grandes dificuldades socioeconômicas e formado principalmente por ocupações. O Entrevistado J. C. S. R. (2025, AVC), relata que “dessas cento e poucas famílias que veio, eu acho que a maioria é tudo do Bairro São João, né? [...] Toda vida foi um bairro que os cara acham que é o mais pobre e ele é pobre mesmo”.

A formação do acampamento teve início com a atuação do setor de Frente de Massas nos bairros periféricos do município. Foi a partir das reuniões que muitas famílias tiveram o primeiro contato com o MST e participaram da ocupação (N. G. S. e J. C. S. R., 2025, AVC).

No início, os moradores estabeleceram acampamento às margens de uma rodovia no município de General Carneiro, a primeira tentativa de ocupação foi em uma área pertencente a empresa Miguel Forte, que já no dia seguinte teve sua reintegração de posse determinada, conforme mostram as entrevistas: “Eles tavam lá na BR e foram em outro terreno, assim como foram no terreno, no dia seguinte já foram despejados, com polícia... daí eles voltaram pra BR denovo” (N. G. S., 2025, AVC).

> “Não teve aviso que era pra ir embora né, eles [os policiais] já foram com caminhão e tudo, pra tirar. E na verdade eles entraram em pouquinho [os acampados], entraram numas 20 famílias, só deu tempo de eles malemar joga a lona por cima e no outro dia a polícia já arrancou tudo” (J. C. S. R., 2025, AVC).

As ocupações às margens de rodovias são uma prática comum do MST, especialmente após despejos ou ações repressivas que dificultam a permanência em áreas ocupadas. Esses espaços tornam-se locais estratégicos de resistência e visibilidade política, funcionando como pontos de reorganização e continuidade da luta pela terra. Nesses acampamentos, o movimento estrutura sua vida coletiva, promovendo atividades de organização, educação e produção. A permanência à beira das estradas também é uma forma de pressão pública, visando a inclusão das famílias em políticas de reforma agrária. Trata-se, portanto, de uma expressão concreta do processo de territorialização do movimento, no qual a margem da rodovia se converte em território de disputa e resistência (FERNANDES, 2000).

A ocupação definitiva, onde atualmente se encontra o acampamento, ocorreu na noite do dia 18/08/2018, momento em que estava no auge a campanha política do candidato Jair Bolsonaro com fortes ataques ao MST.

O entrevistado no N. G. S (2025, AVC) relata que no dia da ocupação, os acampados comentavam sobre a chance de reocupar a área do extinto Acampamento Primeiro de Maio, fazendo com que parte do contingente policial se deslocasse para a aquela área. Os acampados planejaram então que metade das famílias sairiam na mesma noite em direção à área atualmente ocupada, deixando para trás alguns barracos e outras famílias para despistar a polícia. Desse modo, no dia seguinte, a área atual já havia sido ocupada e as outras famílias aos poucos foram se juntando aos que chegaram na noite anterior. Em um primeiro momento, as famílias se reuniram em uma área central dentro do acampamento e depois cada família foi se estabelecendo em seu lote individual.

O modelo adotado pelo acampamento é o de lotes individuais, sendo 10 alqueires para cada família acampada. Desse modo, a forma de produção bem como o produto plantado fica a critério de cada família (N. G. S., 2025, AVC). Durante as entrevistas e o trabalho de campo foi comum a reclamação entre os acampados sobre a má qualidade do solo para a agricultura. Muitos relataram a necessidade de serem feitas análises de solo, e correções para possibilitar uma

produção mais significativa dentro do acampamento. De todo modo, as principais produções estão voltadas para a mandioca, batata e verduras cultivadas em estufa, conforme relata o entrevistado N. G. S. “milho não tá dando nada... milho e feijão eu plantei e perdi até a semente, então o mais é verdura que a turma planta” (2025, AVC). Tanto a agricultura, quanto a criação de animais estão voltados principalmente ao autoconsumo.

A renda da maior parte das famílias está voltada principalmente à coleta e venda da erva-mate, taquaras, lenha, nó de pinheiro e da produção e venda do carvão, queimado nos fornos dentro do acampamento.

SUJEITOS DA PESQUISA: TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS

Ao nos referirmos aos sujeitos dessa pesquisa, não podemos deixar de considerar que eles estão imersos em um coletivo. Portanto, falar sobre os acampados é também falar sobre o MST, pois, ainda que existam as individualidades que marcam cada um dos camponeses entrevistados, é fundamental situá-los em um contexto mais amplo: o do movimento socioterritorial.

Os acampamentos contribuem significativamente para a construção da identidade Sem terra. Entretanto, essa identidade começa a ser delineada ainda na infância, entre os filhos e filhas de famílias acampadas e assentadas, por meio da categoria “Sem Terrinha”. Essa identidade vai se fortalecendo no modo de vida, na cultura e nos valores que a sustentam (CALDART, 2001).

> “Neste sentido, Sem Terra é mais do que sem terra, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social. Há um processo de construção deste sujeito, que é a história da formação do sem-terra brasileiro, em um recorte político e cultural diferenciado, algo que certamente requer estudos mais aprofundados” (CALDART, 2001).

Ao usar o termo camponeses nesta pesquisa, não estamos falando apenas da forma de produzir, mas de pessoas com uma história, uma cultura própria e uma forte ligação com a terra, com tradições e um modo de vida diferente do que hoje costuma ser chamado de agricultor familiar. Considerando essa trajetória, muitas vezes marcada por conflitos, a proposta de reforma agrária defendida pelo MST e a forma como esses próprios sujeitos se reconhecem, optamos por utilizar o termo camponeses.

O camponês é um sujeito social que, ao mesmo tempo é proprietário e trabalhador, organiza sua reprodução a partir das necessidades da família, e não pela lógica da acumulação capitalista. No Brasil, essa condição tem se expressado por meio da ‘recamponezação’, ou seja, a (re)criação do campesinato em contextos de luta pela terra e reforma agrária (ALMEIDA, 2003). Assim, a reforma agrária não é apenas uma política de redistribuição fundiária, mas um processo de retomada da condição camponesa, onde os trabalhadores que não possuem acesso à

terra se transformam em camponeses, reafirmando a especificidade dessa classe e sua permanência contraditória no interior do capitalismo.

No quadro a seguir, apresentamos os sujeitos que contribuíram significativamente para a construção dessa pesquisa: camponeses e camponesas que gentilmente dedicaram parte de seu tempo para compartilhar suas percepções e experiências. É claro que um quadro não tem a capacidade de traduzir a riqueza e a complexidade presentes em cada relato, nem dar conta de resumir a profundidade que envolve a vida e a história de cada sujeito. Ainda assim, procuramos situar o leitor em relação àqueles que, com suas contribuições, tornaram esse trabalho possível.

Quadro 1 *- Perfil dos entrevistados*

Entrevista	***Idade***	***Sexo***	***Local***	***Tempo de acampamento***	***Histórico***
1 *(S. A. S. L.)*	*67*	*F*	*ARC*	*15 dias*	*Origem urbana: Cresceu na cidade de General Carneiro onde mais tarde passou pelo extinto Acampamento Primeiro de Maio (APM), no mesmo município participou da ocupação do Acampamento Vitória do Contestado (AVC) e posteriormente o Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC).*
2 *(J. S.)*	*25*	*F*	*ARC*	*3 meses*	*Origem urbana: passou a infância na cidade, mas frequentava e se identificava com as áreas rurais de faxinal, voltou para áreas urbana quando casou até conhecer o MST e mudar para o ARC.*
3 *(R. B. F.)*	*54*	*F*	*ARC*	*3 anos*	*Origem mista: dividiu a infância e adolescência entre área urbana e rural de Curitiba, morou em Rondônia, quando voltou para Curitiba conheceu o ARC onde permanece até o momento.*
4 *(G. F. L. T.)*	*66*	*F*	*ARC*	*20 anos*	*Origem faxinalense: cresceu em faxinal no município de Rebouças, passou por acampamentos em Teixeira Soares, Ponta Grossa e Lapa (extinto Acampamento Antônio Conselheiro), onde foi despejada. Chegou na ocupação do ARC incapacitada de andar e com depressão profunda.*
5 *(L. R.)*	*36*	*M*	*ARC*	*6 anos*	*Origem rural: cresceu em assentamento em Bituruna, mudou para outro estado onde se formou, voltou para o AVC, onde participou da ocupação e depois de 1 ano, mudou para o ARC.*
6 *(R. M.)*	*29*	*F*	*ARC*	*7 anos*	*Origem urbana: cresceu no bairro São João (Gen. Carneiro), participou da ocupação do AVC e após 1 ano mudou para o ARC.*
7 *(M. C. R.)*	*61*	*M*	*ARC*	*16 anos*	*Origem rural: até a maioridade morou e trabalhou no campo, mudou para a cidade para trabalhar em madeireira onde conheceu o MST. Passou por despejos nos acampamentos Rondon (Bituruna) e Primeiro de Maio (Gen, Carneiro), após isso mudou para o ARC.*
8 *(M. H. S)*	*29*	*F*	*AVC*	*7 anos*	*Origem rural: cresceu e morou a vida toda no campo, depois de casada começaram a trabalhar como caseiros em uma fazenda em Bituruna. Conheceu o MST a partir do contato que o esposo teve com um acampado que*

					participou da ocupação do AVC e que saiu 3 meses após, entregando o lote para a entrevistada e seu esposo.
9 *(P. R.)*	*53*	*M*	*AVC*	*2 anos e meio*	*Origem rural: cresceu no campo onde morou até os 30 anos, posteriormente mudou para a cidade para trabalhar em empresas madeireiras durante 20 anos e mais tarde mudou para o AVC.*
10 *(J. R.)*	*48*	*M*	*AVC*	*4 anos*	*Origem rural: cresceu no campo onde morou até a idade adulta com os pais. Depois de casado passou um período morando na cidade onde trabalhou como assalariado em empresas madeireiras. Participou do extinto APM, onde passou pelo despejo. Voltou para a cidade onde trabalhou por conta em negócios próprios e após falir foi para o AVC.*
11 *(N. G. S.)*	*64*	*M*	*AVC*	*7 anos*	*Origem mista: cresceu na zona rural do município de Bituruna mas a maior parte da vida esteve em contexto urbano. Participou e foi despejado no extinto APM. Chegou a ter contato com a ocupação na rodovia que posteriormente deu origem ao AVC, mas por questões de saúde não acampou na rodovia e chegou ao AVC três meses após a ocupação.*
12 *(J. C. S. R.)*	*44*	*M*	*AVC*	*7 anos*	*Origem urbana: morava na cidade de General Carneiro, mas sempre trabalhou "no mato", com colheita de erva-mate e corte de madeira. Teve o primeiro contato com o MST através da atuação da frente de massas no bairro em que morava. Depois, participou do acampamento na beira da rodovia e posteriormente da ocupação do AVC.*
13 *(R. O.)*	*42*	*F*	*AVC*	*2 anos*	*Origem urbana: cresceu em área urbana e passou por acampamento em Quedas de Iguaçu, voltou para as áreas urbanas em Santa Catarina até a mudança para o AVC.*
14 *(A.)*	*34*	*M*	*AVC*	*7 meses*	*Origem Mista: dividiu sua vida entre o Assentamento 12 de Maio e áreas urbanas de diferentes municípios até a mudança para o AVC.*
15 *(E. X.)*	*27*	*M*	*AVC*	*3 meses*	*Origem rural: Nasceu e cresceu dentro de um assentamento no município de Bituruna, posteriormente se mudou para a cidade onde se formou como técnico florestal, retornou ao assentamento na propriedade do seu pai e recentemente conseguiu um lote no AVC.*

Organização: Baskoski (2025).

As entrevistas foram realizadas e gravadas com o uso do celular, com a devida autorização dos sujeitos. O resultado desse processo foram mais de 5 horas e 30 minutos de material que mais tarde foi transcrito e revisado.

Foram entrevistados 15 camponeses, escolhidos a partir de um levantamento prévio: 7 do Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC) e oito do Acampamento Vitória do Contestado (AVC). Buscamos manter um equilíbrio entre homens e mulheres, sendo 7 mulheres e 8 homens. Também houve preocupação com a diversidade de idades: 6 tinham entre 20 e 39 anos, 5 entre 40 e 59, e 4 tinham mais de 60 anos. A maior parte das entrevistas foram realizadas nas

residências ou nos quintais dos participantes. Mas, em duas exceções, as entrevistas precisaram ser feitas online através do WhatsApp.

Podemos observar a recorrência dos camponeses que passaram por processos migratórios. Entre os entrevistados, 11 já participaram de outros acampamentos ou assentamentos do MST, sendo apenas 4 em sua primeira ocupação. Essa característica migratória e itinerante dos camponeses já era discutida por Martins (1981), quando apontado os deslocamentos forçados pela expulsão, pela expansão da fronteira agrícola e as próprias formas de reprodução do trabalho rural. Desse modo, o autor ressalta que a migração e itinerância são condições estruturais do campesinato brasileiro.

Destacamos que entre os entrevistados, 7 já passaram por situações de despejo e reintegração de posse. Esses processos destacam ainda mais a condição de fragilidade dos acampamentos diante de decisões jurídicas que, em poucas horas, com o apoio da polícia e, em alguns casos, de capangas dos fazendeiros, resultam na desterritorialização dos camponeses.

O ARC foi formado por indicação do INCRA, após um despejo violento ocorrido no extinto Acampamento Antônio Conselheiro. Já no AVC, e em alguns casos do ARC, 4 camponeses foram despejados do extinto Acampamento Primeiro de Maio.

> "Eu estava num acampamento lá na Lapa, na Fazenda Cerrito. Aí lá nós fomos despejados, né? E daí ficamos no centro do Assentamento Contestado. [...] Muitos foram embora e os policiais perguntavam para os que estavam lá que queriam que a gente fosse pra casa. [E como foi esse despejo?] Fazia três anos que nós estava lá já, né? E nós tinha, estava fazendo casa já, então nós estava tudo encaminhado... Ficamos dois anos nos barracos, assim pertinho um do outro, por perto de uma casa, que nós dizia sede, né? [...] Aí foi feita uma conversa lá para a gente esparramar já, né? O pessoal, porque o INCRA tinha pagado acho que metade da área pro véinho que morava em Porto Amazonas, o cara que era dono da fazenda lá. Aí, mas lá a gente tinha, sabe, horta eu tinha uma grande horta, eu acho que uns três rolo de tela, que nós tinha feito. Tinha chiqueiro de porco bem arrumadinho, né? Tinha umas cabrita [...] Aí teve um dia que teve um encontro lá em Cascavel, que daí parece que eles ficam observando, né? Quando vai ficar pouca gente, né? [...] Daqui a pouco chegou sete hora da manhã cara, daí o [filho] ia tirar leite das vacas lá, era meio longinho... E eu, sete hora da manhã, ele ia tirar o leite e eu já ia pra roça que era perto, então ia. E esse dia, quando nós tava indo, ele já tinha ido tirar o leite. Ele ia a cavalo e eu tava indo pra roça e encontrei o primeiro carro de polícia. Já pararam. E daí eles falaram que estava com uma ordem de despejo. [...] Mas bem assim, sabe, meu Deus do céu! Daí o pai dos piá tinha morrido em setembro, final de setembro. E essa roça que nós tinha feito era com duas crianças. Então eu já tava meio depressiva porque eu olhava neles, me dava um dó de ver os piá naquele jeito. E daí quando dá o despejo, cara, o mantimento que eu já tinha feito no paiol, nós enchemos de tudo ali, da colheita passada, né? E daí nós estava já na roça, produzindo já [...] Daí dá o despejo, cara e nós tinha oito cabeça de gado, né? Tinha os cavalos e a invernada era muito grande. Então ele [filho] pegou e sumiu. Ele só chegou de lá e jogou aquele leite ali, né? [...] e ele saiu de cavalo naquele mesmo cavalo em que ele tava e foi catar as vacas, né? Pra fechar na mangueira que tinha, né? E daí todo mundo vendo e ele era bom laçador [...] Aí então, quem carregou

> a minha mudança foi o próprio policial. E daí eu como é que eu ia ficar carregando, né? Jogando no caminhão [..] só chegou a polícia disse que o despejo até tal hora lá, e tinha que sair, né? Era assim. E eles falaram que outro dia dava pra nós buscar a casa e os mantimentos que estava no paiol, mas era só saliva deles, né? [...] Daí foi vindo para cá, né? Então eu, do tempo que cheguei aqui era na mão dos outros, sabe? Não andava. Eu peguei uma depressão muito profunda, né? E daí parei de andar"(G. F. L. T, 2025, ARC).

A entrevistada relata que nesse processo parte da sua criação animal foi perdida, juntamente com a produção que estava estocada no paiol e todo o material que tinha sido utilizado na construção da casa.

> "Do Primeiro de Maio eu só saí por causa do despejo, senão eu queria ta até agora lá, já tinha feito piquete e tudo, casa... Fazia quatro anos que eu estava lá também... Casa eu fiz tudo que nem essa assim [apontando para a casa que está construindo], baguá de casa, pátio em roda, já tinha me arrumado bem. [E como foi esse despejo lá no Primeiro de Maio?] Teve polícia, na verdade, já deram a ordem né? deram a ordem pro pessoal desocupar a área e coisarada, na verdade teve uns que esperaram vim o policiamento, eu sai com a ordem [...] dali pouquinhos dia os que ficaram lá daí a polícia já veio e já foi tirando meio a força" (J. R., 2025, AVC).

O entrevistado J. R. relata que apenas conseguiu salvar suas coisas pois saiu imediatamente após a chegada da ordem de despejo, muitos que acreditaram ser apenas ameaça policial e continuaram acampados, depois com a ação policial também perderam parte de seus bens. O fato de diversos camponeses terem passado por situações de despejo e perdas materiais influencia na forma como se organizam dentro do próprio acampamento, como evidenciado na fala dos entrevistados:

> "A gente as vezes vai meio inseguro, porque nóis queria mesmo é ter uma certeza do INCRA, né? Que negociou a área, porque já umas quantas vez, de entra negociação e depois adiar a negociação, daí a gente fica com um pé meio atrás com essas folia de adiar e adiar... de repente não se acerta a negociação e a gente faz um... gasta o que não tem né, e faz as coisa em cima e de repente complica né porque que nem gente já teve lá no primeiro de maio e já fica meio com receio né" (J. R., 2025, AVC).

> "A gente tem medo de fortalecer assim e arrumar um lugar melhor e construir uma casa de tijolo, de cimento ou de qualquer outra forma melhor pela questão do medo, da reintegração de posse. Você pode estar dormindo tranquilo com a tua família e amanhã chegar ali a polícia mesmo e falar vocês têm tantas horas para vocês sair ou vamos vir tirar vocês aí? Isso aí, querendo ou não, todo mundo tem, né? Aquele medo, aquele receio, porque a gente tá no que não é legalizado, que não é nosso ainda. Daí dá medo de você construir teu sonho ali, lutar tanto ou fazer parcelado e tirarem nós daqui" (R. M., 2025, ARC).

Entretanto, paradoxalmente, o medo de construir algo novo convive com o desejo de consolidar a territorialização. Ainda que exista a constante preocupação de novos despejos, de perdas materiais e, sobretudo, da terra, os camponeses buscam se estabelecer construindo suas casas. Esse processo não se limita à construção de uma moradia que atenda apenas às necessidades básicas do ser humano, mas mostra também o desejo de conquista efetiva da terra, alcançada com o assentamento.

ACAMPAMENTO, PRODUÇÃO E SIGNIFICADOS

Quando os camponeses foram questionados em relação a estar acampado, das 13 entrevistas realizadas, 9 destacaram aspectos positivos desse processo, enquanto quatro destacaram as dificuldades enfrentadas. Entre os quatro que destacaram os obstáculos, foram apontadas as dificuldades principalmente no processo de ocupação, as condições materiais (falta de móveis, roupas e mantimentos), a falta infraestrutura básica nos acampamentos (estradas e transporte escolar), questões particulares de saúde (como o caso da entrevistada G. F. L. T. que após ter passado por processo violento de despejo e perdas familiares chegou ao acampamento em um estado severo de depressão) e a falta de áreas preparadas para a produção.

> "Essa foi complicada, sabe? A gente entrou em... Acho que ali na época que nós entramos aqui... Entramos 110 famílias. Hoje são 50 [E o que o senhor acha que causou essa redução?] É que daí o pessoal não aguenta, né? Aqui, vamos dizer assim, só tem a taquara. Naquela época tinha a taquara, nó e a erva, né? Daí foi tirada a erva. Daí a taquara tem época que sai bem, né? E tem uma época aí que termina, né? Daí, quem tinha família, vamos dizer, 4, 5 filhos, você não consegue sustentar. Daí tinha aula e coisarada, né? A lotação não entrava nem os carros. Aí você tinha que pegar as crianças daqui e levar lá na guarita, lá, né? Porque não tinha lotação. Daí o cara não aguentava, né? Daí o ganho dessas pessoas, tipo, aquele tempo era... acho que 200 pilas, 300 pilas, que era de auxílio, né? Daí como é que você vai se manter, né?" (J. C. S. R., 2025, AVC).

Os comentários positivos destacam a boa recepção dos outros acampados e o fato de já estarem acostumados a vivência no campo. Contudo, mesmo entre aqueles que apontaram que a chegada ao acampamento foi positiva, foram pontuadas algumas dificuldades de adaptação como o acesso à energia elétrica, conforme relata a entrevistada: "Graças a Deus foi bem tranquila, ainda tamo se acostumando que a luz não é das melhor né, e tomar banho de bacia também... Mas é melhor que tá na cidade sofrendo né, aqui se alguém precisa de alguma coisa os outros vem e te ajuda." (J. S., 2025, ARC).

A partir dessa questão foi possível identificar um padrão: os entrevistados que relataram as dificuldades em sua chegada ao acampamento foram aqueles que participaram diretamente do processo de ocupação ou chegaram imediatamente após ele, enfrentando as tensões próprias desse momento, marcadas pela conflitualidade, pela precariedade da infraestrutura e por formas ainda incipientes de organização. Por sua vez, aqueles que destacaram os aspectos positivos foram os camponeses que chegaram depois, quando o acampamento já apresentava maior consolidação territorial, com estradas abertas, lotes distribuídos, áreas de plantio demarcadas e a presença de serviços básicos, como o transporte escolar. As conclusões iniciais que estabelecemos é que as condições materiais do acampamento influenciam diretamente nas percepções e experiências dos

camponeses e a diferenciação entre os desafios da ocupação e a chegada a um espaço já minimamente estruturado. A entrevistada M. H. S destaca essa diferença:

> "Foi bem complicado [...] Nós entremo nem estrada não tinha. Minha mudança ficou ali porque minha mudança cabia em cima do carro, duas viagem de carro e nós trouxemo a mudança, porque na verdade era lona, o fogão com a pia e tá feito a mudança [...] Meu Deus, quando nós chegamos aí... hoje, se a pessoa entra no acampamento, tem a previsão de chegada trabalhar, né? Antigamente a gente não podia, né? Você tinha que chegar e você tinha que aguentar um mês sem trabalhar. Porque era um barraquinho perto do outro... Quando nós cheguemo, fiquemo 2 anos no barraco pra depois vim no terreno" (M. H. S, 2025, AVC)

A saída de famílias dos acampamentos não acontece só nas áreas estudadas, sendo uma realidade comum no Paraná. Isso está ligado a vários fatores, como as dificuldades de vida nos acampamentos, a falta de infraestrutura, conflitos internos e a própria forma de organização do trabalho (ROCHA; ICHIKAWA, 2013). Além disso, questões como a demora no acesso a créditos, a frustração com a realidade do acampamento, a vontade de voltar para a cidade ou de conseguir o título da terra também influenciam.

Após a ocupação, manter as famílias no acampamento depende das formas de trabalho e renda no local. Nos acampamentos estudados convivem diferentes formas de usar a terra. De um lado, existem práticas ligadas ao modo de vida camponês, baseadas no trabalho familiar, na produção de alimentos, na cooperação e no cuidado com a terra. De outro, também aparecem atividades ligadas à lógica do agronegócio, voltadas principalmente para a obtenção de renda.

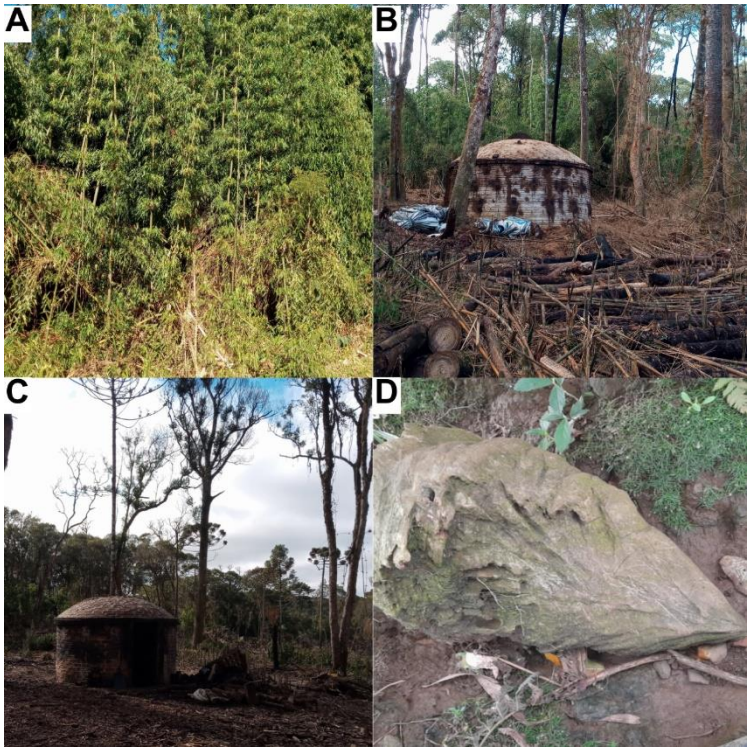
No AVC, algumas famílias mantêm pequenas áreas com plantio de pinus. Embora não seja a principal atividade, essa prática está relacionada à busca por renda complementar. Muitos camponeses relatam dificuldades para produzir alimentos devido à baixa qualidade do solo, resultado do uso anterior da área para monocultivo de pinus. Ao redor do acampamento, grandes plantações dessa árvore ainda dominam a paisagem, formando extensas áreas conhecidas por muitos como "desertos verdes", devido à pouca diversidade de plantas, animais e formas de uso da terra.

Já no ARC, uma área coletiva é utilizada para o cultivo de soja por meio de um acordo com um agricultor da região. Em troca do uso da terra, os acampados recebem recursos financeiros e serviços, como o uso de máquinas agrícolas para melhorar estradas e preparar outras áreas de produção. Apesar disso, os próprios moradores afirmam que o objetivo é diminuir gradualmente a dependência da soja e fortalecer outras formas de produção.

Os camponeses foram questionados sobre como se sustentam. Entre os **13** entrevistados, 2 vivem principalmente de benefícios sociais, 5 têm na coleta e venda de produtos como erva-mate, nó de pinheiro, taquara e carvão sua principal fonte de renda, e 6 precisam fazer trabalhos

extras para complementar o que ganham. Além disso, quase todos disseram produzir alimentos ou criar animais para o próprio consumo.

Figura 4 - Extrativismo e fornos no AVC



Fonte: Baskoski (2025). A: taquaras, B e C: fornos para a queima do carvão e D: nó de pinheiro.

Muitos camponeses, principalmente no ARC, precisam complementar a renda da família com trabalhos temporários fora do acampamento (trabalho acessório). Geralmente, são serviços sem carteira assinada, como a colheita do fumo, o trabalho com eucalipto e pinus, além da colheita, lavagem e embalagem de cenoura e batata. Esses trabalhos ajudam a garantir o sustento da família enquanto a produção no acampamento ainda não é suficiente.

> "Eu digo a gente quase trabalha mais fora do que aqui dentro. **[**Lá fora o senhor trabalha em que?] Eucalipto, planta de fumo ou outras lavouras. Plantar, ajuda a colher também. Tudo na diária, é que nem corte de lenha e esses trabalho de empreitada... E daí o restante aqui dentro da nossa propriedade, como se diz. **[**Aqui dentro o que vocês produzem? Vocês comercializam algo?] A sobra é vendido quase tudo que é coisa sobra. Já que aqui é produzido mandioca produzido... Eu digo a parte de hortaliças, no modo geral, é o repolho, o tomate, a alface ou o que existir. Batata doce, né? Batatinha, até batatinha plantei o ano passado, né? Milho, feijão.. é mais o básico que nem se diz assim.... Só é trazido lá da cidade o que nós não produz. Aqui, que nem o feijão, a gente tem. Tem sempre sem gasto, graças a Deus colhe né, banha, carne, essas coisas... Quase tudo cria porco também. O leite a gente tem, as vaquinhas de leite tem duas, né? Frango... Como produzimos também ovo, tudo num modo geral, sempre tem para despesas da casa e para vender fora" (M. C. R., 2025, ARC).

No AVC, a maioria consegue se manter no acampamento através das atividades extrativistas, como a coleta e venda do nó de pinheiro, de taquaras e da erva-mate. O nó de pinheiro, parte mais resistente da araucária, permanece no solo mesmo após a decomposição dos

troncos. No AVC, onde antes haviam madeireiras, a presença desses nós é resultado dos restos deixados pela exploração da madeira. Já no caso das taquaras, elas são cortadas, organizadas em fardos de 25 unidades e vendidas para alguns compradores que as utilizam em plantações de tomate. A taquara é abundante na região do AVC e se recupera rapidamente pois possui um ciclo de crescimento acelerado.

Além das atividades extrativistas, a produção de carvão é uma realidade presente no AVC. Durante o trabalho de campo, foram observados diversos fornos para a queima de carvão, nesses fornos a madeira é armazenada e queimada por aproximadamente uma semana, posteriormente a queima é cessada, o forno resfriado e o carvão é embalado e vendido. Durante as entrevistas, foi possível perceber um certo cuidado entre os entrevistados que revelaram ter o carvão como principal fonte de renda familiar.

O cuidado na exposição desse tema revela "feridas" entre os acampados, que vivenciaram situações delicadas a partir da ação policial deflagrada em janeiro de 2023. De acordo com o Governo do Estado do Paraná (2023), a megaoperação resultou em multas superiores a R$ 35 mil, 2 prisões em flagrante e apreensões de armamentos e motosserras.

Entretanto, a versão dos acampados revela outro lado dessa operação, marcada por apreensões consideradas indevidas de motosserras, forte repressão policial, postura violenta e atos de destruição de bens pessoais, como móveis e objetos, além do recolhimento de símbolos do movimento, entre eles bandeiras. Também há discordância quanto aos números apresentados na reportagem mencionada, bem como em relação à origem da madeira utilizada na queima para a produção de carvão.

No AVC, os camponeses demonstram grande insatisfação quanto à qualidade do solo e às condições para o desenvolvimento da agricultura. Essa limitação ainda é acentuada pelas dificuldades de integração ao comércio e pela falta de infraestrutura adequada à produção, formando assim um ciclo perverso: a escassez de áreas abertas para o cultivo e a baixa fertilidade do solo resultam em produtividade reduzida, que, somadas às más condições das estradas, elevam os custos de transporte, tornando inviável a comercialização, uma vez que a produção perde valor diante do frete elevado. Diante disso, os camponeses consideram desvantajoso mobilizar um caminhão para escoar uma produção pequena, o que, por sua vez, desestimula investimentos em insumos agrícolas e reforça a baixa inserção nos circuitos comerciais.

> "Aqui, como diz o ditado a renda é pouca coisa. As vezes lutamo com erva, lutamo com carvão também, fizemo um forninho de carvão e tamo queimando carvão. E que nem agora essas épocas lutamo com taquara, tem os que compram taquara pra leva pro plantio de tomate. [E na produção?] Produção é pra consumo, porque as terra aqui se nós não tiver um calcário, um adubo ela não produz que preste, ela produz mas é pouca coisa, mas como diz o ditado, se nós tiver um jeito que tenha como a gente trazer um calcário, um

> adubo, já produz bem mais. Veja essas abóboras aí, já colhimo aqui. A planta que a gente mais produz e na verdade tá produzindo é a mandioca, porque a mandioca na verdade não depende de adubo e calcário, só tem que saber onde planta (J. R., 2025, AVC).

> [Hoje o senhor tira alguma renda aqui de dentro?] "Tiro uma taquara." [Produz alguma coisa?] "Pouquinha. Um pouco de milho, mandioca. Variado assim. É pouca coisa, mais para consumo. Porco, galinha... Porque você não tem como criar para vender ainda, né? Então nós temos só para consumo, na verdade [...] nós não temos área aberta, né? Se nós tivesse, vamos dizer assim, um trator bom, que a prefeitura ajudasse a arrumar, daí você já podia plantar para você até vender, né? Mas como é que você vai fazer um troço aí no meio da pauleira, você não consegue, né? Não adianta você plantar no meio do toco porque não vai dar nada nessa terra, né?" (J. C. S. R., 2025, AVC).

A produção e venda do carvão, a coleta de taquaras e o trabalho acessório podem ser compreendidas como estratégias para a manutenção dos camponeses no acampamento, visto que se não fossem essas atividades, muitos outros já teriam deixado o mesmo.

As dificuldades enfrentadas pelos camponeses para permanecer no território podem ser ilustradas pela reportagem, publicada no portal Brasil de Fato**,** que aborda a situação do AVC. No local, as famílias vivem sem acesso à energia elétrica e enfrentam entraves burocráticos que as impedem de obter o Cadastro de Produtor Rural**,** necessário para o reconhecimento da atividade agropecuária, o acesso a benefícios previdenciários e a comercialização formal da produção. Soma-se a isso a suspensão da distribuição de cestas básicas pelo INCRA, agravando a insegurança alimentar e a precarização das condições de vida. Esses elementos evidenciam como a falta de regularização fundiária e de políticas públicas efetivas contribui para a vulnerabilidade social das famílias acampadas e para a persistência da desigualdade no campo (TAVARES, 2021).

Ao mesmo tempo em que essas práticas ligadas ao agronegócio estão presentes, os dois acampamentos também desenvolvem iniciativas que fortalecem a agricultura camponesa. No AVC, existe o interesse de ampliar a produção de alimentos e fortalecer a participação em cooperativas ligadas ao MST. Porém, dificuldades como a falta de análises do solo e problemas burocráticos ainda limitam esse avanço.

Todos os entrevistados manifestaram interesse em continuar produzindo, ou voltar a produzir alimentos saudáveis, conforme ilustram os relatos a seguir:

> [tem interesse em produzir pra venda?] "Ah sim, na verdade já até foi feita umas reunião com o pessoal daqui mesmo né pra gente fazer tipo as horta, mas ainda não funcionou. Então o meu interesse era de lutar com horta, salada. Se veja a gente pode lida com salada aqui com adubo, não o adubo comprado lá, cheio de veneno e coisarada, mas adubo mais natural né, já é até mais vendável lá na cidade" (J. R., 2025, AVC).

> "Não tem como produzir muitas coisas que você comerciar. Sabe que as terras são fracas, que nem você está vendo, as terras são fracas. E daí, Como você vai desmatar um matão

> desse que não tem como desmatar? Aqui não tem como. Você tem que ir plantando onde que já está aberto. Quando já está aberto, você vai plantando os pouco devagarzinho para o consumo. A não ser que nem esses outros porque estão queimando um carvãozinho alguma coisa para lá e para cá, para se manter, que é o que eles estão se mantendo. Agora eu não queimo, não ponho forno, não pretendo colocar forno, sabe? Eu minha intenção é de mexer com plantio. Mexer com plantio, plantar saladas e plantar outras coisas para consumir, né? Criar um porco galinha para consumo também. Mais tarde, no que que a gente veja que firmam o assentamento aí daí a gente pode criar alguma coisa para comercializar" (P. R., 2025, AVC).

No ARC, muitas famílias defendem uma produção baseada na agroecologia e no trabalho coletivo. Esse compromisso aparece tanto na participação em atividades de formação quanto na organização da produção dentro do acampamento.

A erva-mate, nativa da região, possui um papel que ultrapassa a dimensão econômica. No ARC, esse produto expressa também a cultura e as raízes faxinalenses das famílias que vivem ali (L. R., 2025, ARC). Sua coleta ocorre de forma coletiva, configurando uma organização de trabalho tipicamente camponesa, na qual a erva é colhida, embalada, comercializada e os valores obtidos pela sua venda são distribuídos entre os participantes. Em algumas ocasiões, parte da produção é ainda beneficiada dentro do acampamento, no Carijo Flor do Sul. Nesse espaço, a erva-mate é seca, processada e embalada de forma artesanal, orgânica e coletiva. Além de gerar renda, essa atividade ajuda a preservar conhecimentos tradicionais e fortalece a organização das famílias.

Figura 5 - Produção de erva-mate no Carijo Flor do Sul

Fonte: Baskoski (2025). A: erva-mate nativa in natura; B: vista da frente do carijo; C: erva-mate já cortada e preparada para a secagem; D: erva-mate depois de pronta e embalada.

Assim, a pesquisa mostrou que os acampamentos vivem uma realidade marcada por desafios e contradições. Enquanto algumas atividades ligadas ao agronegócio ainda estão presentes, as famílias seguem construindo alternativas baseadas na cooperação, na produção de alimentos, na agroecologia e na permanência na terra.

Outra unanimidade apareceu quando os 13 entrevistados responderam positivamente ao questionamento: "como é para você hoje fazer parte de um acampamento do MST?"

> "Para mim é bem gratificante, porque a gente aprende muito, aprende todo dia. E a questão da gente lutar pelo pedaço de terra para a gente criar os filhos da gente, eu acho que hoje eu vejo que faz bem sentido assim, porque na cidade eu sou de periferia, né? Nascida e criada nos bairros mais pobres, então a gente vê muita coisa errada, e no mato você vai ver a natureza. Tem uma cobra, uma aranha, né? E na cidade tudo que influi que não presta tá ali na porta de casa. Então hoje eu vejo bem uma como que diz, uma experiência muito boa e que vale a pena a gente lutar e conquistar o pedaço de chão para a gente, para poder produzir um alimento saudável, sem veneno, para ter um futuro melhor para os filhos da gente também" (R. M., 2025, ARC).

As falas evidenciam a continuidade do vínculo histórico com o campo. Os camponeses destacam a proximidade e a vivência com/no meio rural, a preferência pelo campo como refúgio diante da violência urbana e a luta pela conquista da terra como legado para os filhos.

TERRITORIALIDADES

O que é a territorialidade?

Como já conversamos, o território é complexo. Em seu interior estão as relações de poder, as conflitualidades e as fronteiras que delimitam no espaço as relações de poder estabelecidas por um indivíduo ou grupo. A materialidade não existe sem significados, afetos, memórias e práticas simbólicas; e a imaterialidade se concretiza em práticas, infraestruturas e espacialidades reais. Desse modo, o termo (i)material expressa a unidade entre ambas, não existindo separação que diferencie como esferas independentes, mas como faces de um mesmo processo.

Na dissertação apresentamos a territorialidade como conceito científico na visão de diversos autores, mas esse texto não se propõe a fazer essa discussão. Sendo assim, em resumo, entendemos a territorialidade como:

> "um processo social complexo mediante o qual sujeitos individuais e coletivos estabelecem relações de poder, pertencimento e significação com o espaço, produzindo e reproduzindo territórios enquanto expressões de suas práticas, interesses e identidades. Ela articula indissociavelmente dimensões materiais — como a apropriação, o domínio e o uso do território — e simbólicas — como as representações, afetividades e significações culturais —, sendo atravessada por relações de poder, disputa, resistência, conflitualidade e identidade. A territorialidade é, portanto, uma construção histórica, dinâmica e relacional, que se manifesta na forma como os sujeitos se situam, atuam e se reconhecem nos territórios que produzem, refletindo diferentes perspectivas — políticas, culturais,

econômicas e culturais — que se entrelaçam e se redefinem continuamente" (BASKOSKI, 2026).

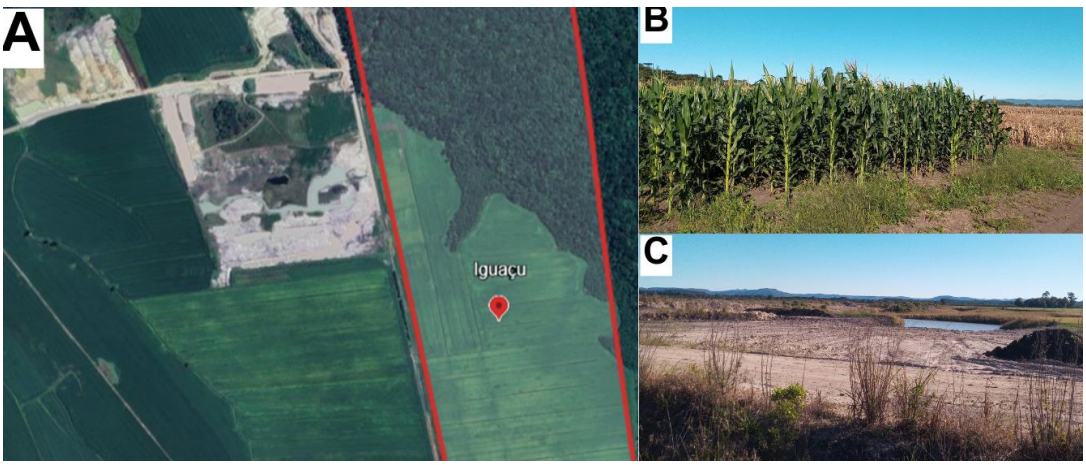
A territorialidade como controle e domínio

A territorialidade se manifesta na prática a partir de estratégias espaciais que expressam a intencionalidade dos sujeitos em controlar áreas, influenciar dinâmicas e exercer poder sobre o território. Ela se manifesta por meio da divisão do espaço, do senso de exclusividade e da construção de identidades espaciais, sendo sempre atravessadas por relações de poder que operam em diferentes níveis sociais e territoriais (SACK, 1886; RAFFESTIN, 1993).

Durante a visita ao ARC, uma das situações que chamou atenção ocorreu ainda no primeiro dia, onde alguns camponeses retornavam de uma área ao fundo do núcleo Iguaçu (Figura 6), carregando marcos de concreto que haviam sido retirados, após serem colocados na noite anterior de forma indevida por confrontantes da região. A ação dos confrontantes buscava reduzir intencionalmente o território do acampamento e forjar provas, através de imagens de drone, para serem adicionadas nos processos jurídicos em trâmite com o acampamento.

Um território é delimitado por fronteiras e caracterizado por relações de poder. Desse modo, ao tentar modificar as fronteiras estabelecidas desde a ocupação, os confrontantes da região fazem um ataque direto ao território do acampamento. Embora a ação tenha ocorrido sem violência, reconhecemos a conflitualidade que coloca em oposição o território camponês e o território capitalista. Vale destacar que a região em questão fica as margens do Rio Iguaçu, e além da posição estratégica, na divisa entre os estados de Paraná e Santa Catarina, a área é de interesse econômico de grupos empresariais que fazem a extração de areia na região ao entorno.

Figura 6 - Uso do solo no ARC



Fonte: Google Earth (2025); O autor, 2025. A: imagem de satélite da área em que houve tentativa de adulteração das fronteiras; B: produção de milho e abóbora no ARC; C: área de extração de areia em imóvel vizinho ao ARC.

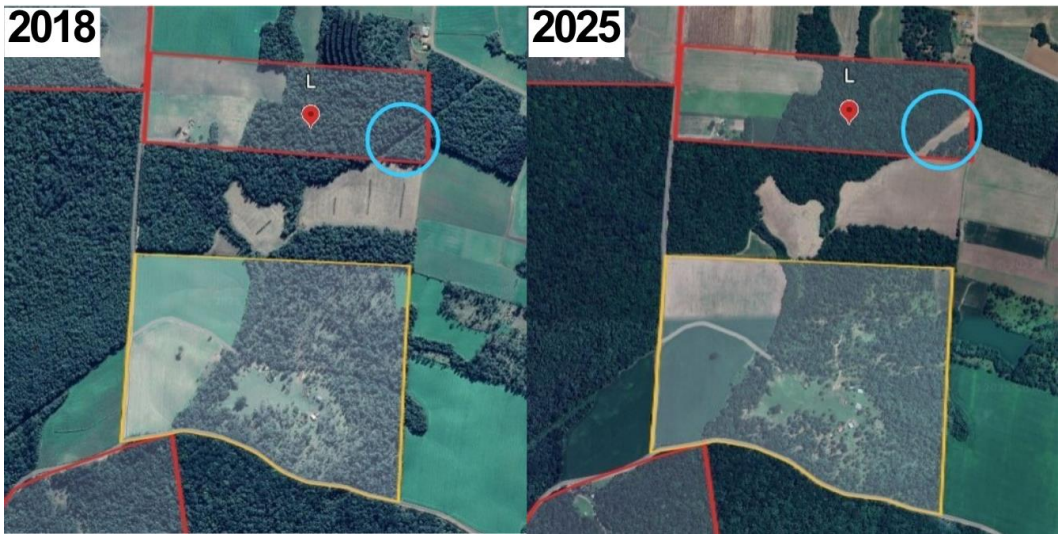
Pode ser observado na figura 6 (A), ao lado direito (polígono com contorno vermelho), a área pertencente ao acampamento, onde a mata nativa está preservada e as áreas de lavoura possuem uma diversidade de produtos; já do lado esquerdo, em imóvel vizinho, áreas voltadas ao monocultivo e a extração de areia. Estabelecemos ainda um comparativo em relação à

qualidade ambiental das áreas mostradas no recorte da figura 6, conforme aponta o estudo técnico desenvolvido Universidade Federal do Paraná (UFPR), que mostra que "a área pode ser considerada uma ilha de conservação ambiental e produtiva em meio ao desmatamento, à mineração e às práticas produtivas degradadoras, ocorridas no entorno das comunidades" (UFPR, 2021).

Essa não é a única disputa relacionada ao território do ARC, o entrevistado nº 5 (2025, ARC) narra que: "há uns 3 anos atrás um cara que é vizinho nosso que também é posseiro, ele entrou em uma área que fica mais na região de divisa com ele, onde ele tem a posse e ele começou a plantar e começou a devastar a área". Mais uma vez, as fronteiras do território do acampamento passam a ser violadas, em uma clara forma de pressão dos interesses externos sobre a área.

Na figura 7, observamos a área em questão (círculo azul), em dois momentos distintos, em 2018 e depois em 2025, onde é possível observar claramente a retirada da vegetação nativa abaixo da área onde passa a rede elétrica.

Figura 7 - Área em disputa no Acampamento Reduto de Caraguatá



Fonte: Google Earth (2025).

Ainda na figura 7, adicionamos um novo polígono (contorno amarelo), que representa a área sob posse do vizinho do acampamento citado anteriormente. De acordo com o estudo técnico elaborado pela UFPR, a área em questão está sobreposta por duas matriculas, uma delas é pertencente ao acampamento, e outra pertencente ao vizinho. Mas a matrícula sob nome desse vizinho apresenta erros de localização, causando confusão sobre a referência (UFPR, 2021). Atualmente a área continua sob posse do vizinho e as tensões continuam se acumulando.

Embora as disputas tenham o território como central, não se limitam ao espaço físico. Esses conflitos entram no campo jurídico, onde também se manifestam de forma intensa. Durante as visitas, foi possível perceber a preocupação dos acampados com os desdobramentos judiciais da disputa. A diferença de recursos entre os envolvidos é evidente: enquanto o acampamento

conta com apenas um advogado para representar suas demandas, o fazendeiro mobiliza uma equipe composta por onze advogados.

> "Então essa pressão sobre o território existe, né. Nós, já vários e vários anos que estamos aqui, mas teve ano de a gente receber uma reintegração de posse por mês, e o cara que pede a reintegração de posse não é o proprietário, o proprietário ele entra com uma ação pra reaver a posse, então quem que é o cara que pede reintegração de posse? É posseiro! É o cara que tá em cima das áreas da agência de fomento e que pede a reintegração de posse de alguém [...]. Então essa pressão sempre existiu, as famílias sempre tiveram essa insegurança jurídica de pode faze uma casa boa, de melhora sua estrutura, de pensa alguma coisa maior pela insegurança jurídica das reintegração" (L. R., 2025, ARC).

A conflitualidade nas disputas territoriais no ARC supera a base material. As pressões e disputas manifestam-se também por meio de diferentes esferas de poder: no campo **político**, com a atuação da prefeitura e um deputado da região, ambos contrários a uma política de reforma agrária; no campo **midiático**, com tentativas recorrentes de deslegitimar o movimento por meio da exposição negativa de sua imagem; no campo **jurídico**, com a abertura de processos, tentativas de reintegração de posse; e no campo **econômico**, onde há interesses explícitos de exploração da área ocupada, frequentemente responsáveis por financiar e articular as outras formas de pressão mencionadas.

Constatamos a forte preocupação dos camponeses acampados diante da forma que as ações policiais são conduzidas dentro do acampamento. Muitas vezes, estas são carregadas de violência, agressões físicas e perseguição. Os camponeses relatam que os policiais destroem seus objetos pessoais, consomem os alimentos e recolhem bandeiras e símbolos do movimento. Essa postura revela não apenas uma violência deliberada, mas também simbólica ao retirar das casas dos moradores símbolos que representam a mística do MST e compõem a identidade Sem Terra, como as bandeiras vermelhas e os bonés com o símbolo do movimento.

Já no AVC, as pressões diretas sobre o território e jurídicas são menores. Porém, conforme abordamos anteriormente, o acampamento passou por um despejo antes de se estabelecer em sua área atual. O Entrevistado N. G. S., relata que: "teve nas primeira vez [pressão sobre o território], já cansei de pousar nessas beira de estrada aí cuidando. Era os fazendeiro, daí eles que vinham bota pressão" (2025, AVC).

As ações policiais também são recorrentes no AVC, a violência deliberada e simbólica policial é narrada por diversos camponeses: "eles vieram trás de uma coisa, mas fizeram outra, arrebentaram porta, levaram minha motosserra com um mês, que tinha nota e tudo" (N. G. S., 2025, AVC); "Abriam a geladeira, tomaram o iogurte das criança, arrancaram bandeira [...] bateram no meu esposo" (M. H. S., 2025, AVC); "entraram na minha casa, reviraram tudo, jogaram tudo po chão, jogaram a comida dos bicho" (J. C. S. R., 2025, AVC). O entrevistado N. G. S., acredita que essas ações tem o objetivo de "manchar o movimento" e que foi uma das

principais causas da saída de diversas famílias ao longo dos 7 anos do acampamento, “pois as família ficam com medo né, ver os polícia entrando e quebrando tudo”.

Percebemos que a ação policial de forma repressiva é uma realidade presente em ambos os acampamentos. Tais operações são conduzidas para investigar determinado assunto, mas quase sempre acabam sendo extrapoladas com invasões indevidas nas casas dos camponeses, terror e pressão psicológica de modo a desestabilizar a luta organizada ou de provocar a reação de algum dos camponeses que relatam ser necessário “sangue frio” para ver a ação policial, mesmo sabendo que aquilo é feito exatamente para provocar uma reação deles e justificar medidas ainda mais duras.

Quando os camponeses foram questionados se “já vivenciaram alguma situação de conflito estando no MST”, as 12 respostas tiveram características diferentes entre si.

3 relataram nunca ter vivenciado situações de conflito dentro do acampamento. Porém, 7 entrevistados relataram ter vivenciado situações de tensão dentro dos acampamentos, essas situações se relacionam principalmente com as constantes ameaças e intimidações.

> “A única vez é o posseiro aqui do lado, que volta e meia ele importuna o povo aqui, ele soltava gado ali embaixo, dizia que as terras era dele. E eu digo atentar os Sem Terra, né? Todo mundo vive aqui, quer um pedacinho de chão, e ele começou a querer dizer que era dele, soltar os bichos e chamou a polícia e soltou drone. Isso é bem ruim, né? Porque eu tô aqui há oito anos e tem gente que tá aqui há 21, 22 anos já. Aí deu um tempo para cá, ele começou a querer vir aqui, tirar o sossego e colocar medo nas famílias, né? Faz aqui uns cinco meses que ele pede a reintegração de posse também, né? Que ele volta e meia ele pede porque ele quer tirar o povo daqui, principalmente aqui da área do Iguaçu, né? [...] Eu acho que é mais para colocar medo realmente para ver se nós desistimos da terra para ele pegar ele e desmatar, né? Que daí ele vai. Se eles fossem entrar aí que são madeireiros, eles iam limpar. E nós estamos cuidando, estamos preservando a natureza” (R. M., 2025, ARC).

> “É só polícia mesmo, porque me dou com todo mundo no acompanhamento... Eu odeio polícia. Eles não têm educação. Eles vieram uma vez na minha casa, cortaram todos os pneus do nosso carro, tinha uma scenic preta. Eles furaram todos os pneus, tiraram a fiação de cima, eles quebraram a câmera falsa que tava ali, quebraram tudo. Eles jogam, jogaram toda roupa do meu marido no chão, eles pisaram em cima.. a roupa do meu piazinho que faleceu né? Eles também jogaram no chão” (M. H. S, 2025, AVC).

Os 2 entrevistados que relataram situações de conflito direto relataram casos onde houve o enfrentamento direto, seja no acampamento em que se encontram atualmente, ou acampamentos anteriores.

> “O primeiro despejo, aquele que eu passei que foi… Que hoje é assentamento, tem 227 famílias, que é o 12 de abril, lá eu passei, na verdade, eles tiraram. Nós tivemos até 12 companheiros machucados. Nossa, foi violento. Na verdade, foi a primeira ocupação do município de Bituruna. E nós tinha o Rossoni23, [...] Então, ele, naquela época, era contra nós. Bem, contra, né? Então ele fez de tudo para tirar nós de lá, né? E era o início. Era o primeiro, né? [E foi a polícia mesmo que chegou?] Exército, exército… 500 Soldado

> tinha. Porque na verdade nós mentia né? nós estava mais ou menos em 130 família, nós jogava em 300. Eles chutaram mais ou menos dois para cada um, dois soldados por Sem Terra. Então foi massacrante mesmo. E bem na hora do fervo que ferveu… Teve dois piá, dois, era piá [meninos], eles ficaram uma semana e pouco perdido no mato, então teve os que escaparam da polícia e abandonaram tudo, né? Então ali, na hora do conflito mesmo com a polícia, quando entrou pra dentro da área, nós não tava, não tava em 100 pessoas ali, já tá dando uns cinco para cada um" (M. C. R, 2025, ARC).

A entrevistada G. F. L. T. revela algumas situações de conflito que enfrentou dentro do ARC, como no caso da disputa com um madeireiro que estava sob posse de parte da área que havia sido indicado pelo INCRA para a realização do acampamento. A entrevistada relata que houve tentativa de diálogo e até mesmo convite para se juntar ao acampamento, sendo recusado por interesse pela área em sua totalidade para extração de madeira e silvicultura.

> "Quase um ano ele atentou nós, um ano nós não tivemos sossego, cara. Nós amanhecia acordado de medo. Amanhecia atrás das árvores porque ele estourava... Jogava aqueles tiro de chumbo, né? Caía em cima da lona aqueles chumbinho, saia rolando no chão, atirava por cima dos barraco, ele jogava veneno nas nossas planta [...] Das dez horas em diante, ele não queria nem que passasse na casa dele. Ele pegava os caras, sabe? Ficava se ensaiando com revólver, batendo na cara dos cara [...] Daí então, tudo aquilo, a gente foi registrando o B.O, né? Só que o policial, quando nós chamava, eles não vinham, nós chamava quando era caso de polícia e eles não vinham. Porque era ele e os pistoleiros dele [...] Daí uma vez ele tacou o trator por cima das roça da mandala. Os pistoleiros estavam tudo armado, cara, mas não tiveram coragem, né? Senão era perigoso nos matar, porque nós chegamos pertinho deles, pra ele parar o trator. Daí falaram que eles iam queimar os barraco... Daí nós chamamos o Movimento, né? Nós não precisamos botar a mão nele. Daí, bem no outro dia, eles pegaram e desceram lá e estouraram as portas, né? Primeiro amarraram ele pra não deixar fugir, foram procurando armamento pra não ter perigo. E daí ele foi carregado, e o barraco desmanchado. Você vê um povo daquele num instantinho, né? Foi posto tudo no caminhão dele mesmo. Eles tinham dois caminhão, tinha carro, tinha trator. Pegaram e levaram na beira do BR e chamaram a polícia e entregaram ele e as arma que eram tudo coisarada sem documento" (G. F. L. T., 2025, ARC).

A entrevistada ainda narra o caso de uma operação policial deflagrada dentro do acampamento, onde a polícia torturou e apreendeu seus dois filhos. Segundo a entrevistada, a polícia alegava estar procurando bandidos e armas dentro do acampamento, mas nada foi encontrado e seus filhos foram soltos.

O papel do INCRA enquanto agente estatal de territorialização está diretamente relacionado à sua missão de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Nos acampamentos, o INCRA, tem papel central na institucionalização da reforma agrária e na consolidação efetiva desses territórios nas esferas política e jurídicas.

A pesquisa mostrou que a demora na reforma agrária é uma das principais dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas. Muitas vezes, os processos do INCRA são lentos e cheios de obstáculos, fazendo com que os camponeses passem anos vivendo na

incerteza. No ARC, por exemplo, as famílias aguardam há mais de 20 anos pela criação do assentamento. Já no AVC, moradores relataram que o acampamento passou anos sem receber a atenção necessária dos órgãos responsáveis.

Além disso, as entrevistas também apontaram dificuldades relacionadas ao poder público municipal, tanto no apoio à conquista da terra quanto no acesso a serviços básicos para as famílias:

> "O poder público ele tem atrapalhado as coisa no andamento do acampamento, a primeira coisa é porque não existe vontade política e muito menos uma decisão política de que a reforma agrária aconteça nesse município, essa é a primeira. Então, o poder público ele é responsável por transporte, saúde, educação, que são direitos básicos garantidos na Constituição e mesmo assim o poder público ele não faz, e quando faz por uma obrigação é notório a má qualidade, nesse sentido, né? Hoje nós temo no posto de saúde, eles são obrigado a receber as pessoas do acampamento, nós temo uma caixa que é separada, é segregadas as ficha das pessoas que vão do acampamento com as demais pessoas do município. [...] Atende? Atende! Fazem exame? Fazem! Tem um monte de coisa que é atendido nesse sentido, mas nós gostaria que o atendimento fosse muito melhor ou no mínimo igualitário como com qualquer pessoa desse município. Na educação nós temo uma estrutura mínima, que é uma escola itinerante em que a educação ela é diferenciada em todo o estado do Paraná [...], inclusive nós tamo tentando com o prefeito um parquinho, isso a quase 15 anos e a gente ainda não conseguiu um parquinho pra escola [...] então o poder público municipal nesse caso é muito ruim, é muito fraco e é muito pouco e chega a ser um desleixo porque não cumpre nem aquilo que a Constituição pede que se cumpra né. [...] E ainda sobre o poder público municipal o que a gente tem é um posicionamento muito desfavorável a reforma agrária, um posicionamento muito radical no sentido que não haja mais acampamento, muito menos saia assentamento, inclusive quando houve proposta de se fazer assentamento por interesse social [...], a prefeitura nem sequer colocou a assinatura em um papel. Quando a gente precisou de energia elétrica, que é garantido pela Constituição e no ultimo entendimento do Supremo, ela fez parte da dignidade da pessoa humana, a prefeitura se negou a assinar a documentação que a Copel poderia instalar, quando nóis precisamo fazer bloco de nota, que isso também é um direito de qualquer produtor rural a prefeitura também se negou, então eu só queria deixar nítido que o poder público municipal, ele faz um jogo exatamente o oposto daquilo que a Constituição diz e daquilo que a reforma agrária de fato proporciona e quer que aconteça no município" (L. R., 2025, ARC).

As situações relatadas não são episódios isolados, mas expressões de uma condição estrutural do espaço agrário brasileiro. Os acampamentos não se encontram isolados, mas são formas de enfrentamento direto à concentração fundiária e aos processos de expansão do capital no campo. Nesse sentido, a territorialidade, entendida como estratégia de domínio, controle e, sobretudo, resistência, torna-se central para definir as relações de poder que se estabelecem nos acampamentos e para assegurar sua permanência enquanto território. Portanto, espaços caracterizados pelas disputas contínuas da conflitualidade.

A territorialidade como identidade e simbolismo

A dimensão simbólica da territorialidade pôde ser apreendida de forma mais sutil durante o trabalho de campo do que nas entrevistas formais. Apenas a vivência no modo de vida camponês possibilita perceber elementos que revelam a profunda conexão entre os sujeitos e o território. Elementos materiais carregados de simbolismo, bem como manifestações imateriais de pertencimento e identidade, tornaram-se perceptíveis sobretudo no cotidiano compartilhado com os moradores.

A presença dos símbolos do MST nos acampamentos estudados, como ilustrado na Figura 8, reforça o papel dessas representações como importantes para unidade dos acampados. Entre os signos observados destacam-se: a bandeira vermelha, onde cada cor ou elemento carrega um significado próprio; as vestimentas, adesivos e demais itens que estampam o emblema do movimento; ou mesmo a lona preta, que mesmo que em alguns casos observados não cumpre função material, visto que o barraco estava desocupado, adquire um valor simbólico ímpar, pois

> "A lona preta é mais do que uma barraca, é um rito de passagem, um símbolo presente na transição entre o acampamento e o assentamento das famílias Sem Terra, o caminho para a conquista da terra. É símbolo da luta pela Reforma Agrária que as mais de 120 mil famílias acampadas em todo Brasil carregam. A lona preta é o retrato da luta cotidiana do Movimento contra o latifúndio, a segregação e as injustiças sociais que tanto castigam esse país" (MST, s/d).

Figura 8 - Símbolos no ARC e AVC

Fonte: Baskoski (2025).

Segundo o MST (s.d.), desde suas primeiras ocupações o coletivo criou diversos símbolos que são signos de unidade em torno de um ideal e formam a mística do movimento. Nos acampamentos estudados, estes símbolos marcam, ao mesmo tempo, a paisagem e o território, a identidade e o poder. A existência desses símbolos que compõem a identidade coletiva do MST não é aleatória, pois estes

> "mantêm sempre determinados vínculos com a realidade concreta. Os vários conflitos pela defesa de fronteiras, por exemplo, demonstram que as referências espaciais permanecem relevantes para a definição ou fortalecimento de identidades. A própria memória de um grupo social precisa de uma referência territorial" (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009).

A religiosidade também é um elemento importante na preservação da identidade dos sujeitos em sua relação com o território. Ao observarmos esse aspecto nos acampamentos, foi possível identificar manifestações que não remetem apenas à religiosidade entre os sujeitos, mas também ocupam espaços dentro do acampamento. No AVC, uma das famílias acampadas está construindo uma igreja evangélica. Já no ARC, há uma igreja ecumênica, ou seja, um espaço de culto aberto a diferentes denominações religiosas.

Porém, uma semelhança entre os dois acampamentos diz respeito à presença marcante da imagem do Monge São João Maria. Nos locais onde se acredita que o monge passou, costuma haver um olho d'água, e, nos dois acampamentos, nas proximidades dessas nascentes, encontra-se uma capelinha com a imagem ou fotografia do monge, conforme apresentado na Figura 9.

Figura 9 - Monge São João Maria e a religiosidade nos acampamentos

Fonte: Baskoski (2025).

Os elementos culturais, valores, princípios e relatos antes atribuídos a José Maria ou a outros líderes místicos foram incorporados a essa única figura, que se tornou modelo de vida e santidade para a comunidade cabocla (FELDHAUS, 2013).

O território Contestado, é marcado por fortes simbolismos históricos e religiosos, como a guerra, os monges e as disputas de divisas, que evidenciam o seu caráter imaterial. Para o caboclo, a terra era fonte de vida e sustento, além de local sagrado, abençoado pela doutrina dos monges. De acordo com Fraga, Gonçalves e Cavatorta (2017), o messianismo não ficou restrito aos tempos da guerra, mas ainda continua presente no Contestado, onde os camponeses ainda esperam que o monge os salve da fome e da miséria, trazendo esperança contra a violência que é silenciada pelo Estado.

A forma como as pessoas se veem e são reconhecidas pela sociedade ajuda a construir sua identidade. É por meio das experiências, dos valores, da cultura e das relações do dia a dia que cada pessoa desenvolve o sentimento de quem é, de onde vem e do que deseja ser. Assim, a identidade não nasce pronta, mas é construída ao longo da vida e das vivências de cada sujeito. (WOODWARD, 2014).

O caráter temporário e liminar dos acampamentos, associado ao cotidiano, às práticas compartilhadas, à história, à religiosidade e ao simbolismo contribuem muito para a construção da identidade sem-terra. Assim, concordamos com Saquet e Briskievicz (2009), quando afirmam que "as territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios".

> [Existe algum laço de identidade entre você e o acampamento?] "Eu acredito que sim, porque é como nós... que nem eu falei, a gente era da cidade e entrou no MST. E você gosta de participar, gosta de fazer os curso político e tudo e tá aprendendo. Eu acredito que a gente se identifica por ser Sem Terra, mas também pela busca da terra, pelo contato que você quer com a tua vida. Eu acredito que sim. [...] Olha eu para mim assim eu tenho o MST como um... como eu digo assim, um exemplo que muda a gente. Vale a pena e para mim é em todos os lugares isso" (R. M., 2025, ARC).

Todos os entrevistados afirmaram reconhecer alguma forma de identificação. No entanto, ao aprofundar o questionamento sobre com o que exatamente se dá essa identidade, as respostas foram distintas. Entre elas, três destacaram a "terra" como principal elemento, diminuindo o papel do movimento nessa construção identitária. Nessas falas, aparecem como marcadores identitários o passado e a trajetória camponesa anterior à participação no MST, conforme ilustram os trechos das entrevistas a seguir:

> "Sim, me identifico com a realidade do acampamento, e acredito que isso esteja relacionado a minha infância né? E também pela questão de ter a liberdade de trabalhar com o que você quiser, ter essa autonomia, sabe? [...] Creio que essa ligação está mais relacionado a área e com a vivência em si do que com o MST. Embora em alguns aspectos eu concorde com eles em outros eu discordo" (E. X., 2025, AVC).

> “Sim. Eu acho que é mais com a terra... A gente passou pela cidade trabalhando, negociando coisa e tal para lá e para cá, mas não que a gente vá ter aquele objetivo de ficar, ficar na cidade. A gente teve um momento de tempo ali por causa que chegou aquela, vamos supor, chegou aquela oportunidade de a gente passar por ali, né? Trabalhou um pouco ali, negociou com o pessoal e estamos no campo de novo, né? A gente nunca perdeu aquela vontade de continuar na terra” (P. R., 2025, AVC).

> “Sim. É o histórico, assim, que a gente, na verdade, é nascido e criado no mato… Já se adapta. Você vê, faz uns 40 anos que nós temos a casa lá no bairro. Morar, nunca moremo. Só paramo, nunca se adaptemo lá” (J. R., 2025, AVC).

Nas duas últimas entrevistas, embora os sujeitos estejam acampados sob a organização do movimento, suas falas retomam fortemente a identidade vinculada à vivência camponesa. Assim, nesses casos, não se pode falar propriamente em uma identidade Sem Terra, mas sim em uma identidade camponesa individual, ancorada nas trajetórias e experiências pessoais de cada entrevistado.

Porém, outros sete entrevistados apontaram para participação do MST na construção dessa identidade. Entre as entrevistas, os acampados relataram: a “identificação com o MST”, a “luta pela terra” e o “ser sem terra”. Como visto em Almeida (2006) e Caldart (2001), o movimento contribui com a construção da identidade Sem Terra. Para estes, não há uma conexão afetiva com a área em si, mas com a luta empreendida e a conquista da terra, seja ela qual for.

> “Sim, me identifico. Acho que é mais pela luta da terra né, que nem eu falo, pra mim a gente poderia ir em outro acampamento em qualquer lugar que aceitasse nós” (J. S., 2025, ARC).

Contudo, é necessário se destacar que essa identidade é forjada na luta dentro dos acampamentos que, de acordo com os próprios acampados, não deve ser “romantizada”. O acampamento é transitório e tem um objetivo (a consolidação do assentamento). Desse modo, esses territórios também são marcados por contradições internas, disputas e interesses individuais.

A identidade de resistência leva a formação de comunidades que se organizam a partir de uma resistência coletiva para resistir a uma intensa opressão, “em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a "essencialização" dos limites da resistência.” (CASTELLS, 1999).

Afirmamos que os acampamentos do MST se configuram enquanto comunidades de resistência que em sua constituição contribuem com a construção de uma identidade sustentada nos ideais de luta pela terra que constituem a base ideológica do MST. Destacamos os trechos das entrevistas “você se identifica? Com o que?”

> “Sim” [Essa identificação, você acha que é com a área em si que estão em cima ou é mais com o movimento?] “Acho que com o movimento, com as pessoas, com o

> movimento... Digo o MST porque um sozinho não adianta ter uma fazenda grande e um sozinho não consegue ocupar, não consegue fazer nada, precisa do coletivo" (R. O., 2025, AVC).

> "O que faz a gente se identificar é o seguinte: a primeira identificação, já digo de um Sem Terra, você pode ganhar a terra aqui hoje… Vamos supor, digamos que amanhã venha o pessoal do INCRA te entregar o terreno. Essa identificação de Sem Terra você vai ter para o resto da vida. O cara vem aqui, compra um boi teu, o que ele vai falar na cidade pra outro? "comprei de um Sem Terra, comprei um saco de feijão lá dos Sem Terra". Então isso é uma identificação que você vai ficar pro resto da vida... A mesma coisa quando você fala, eles, para eles, eles falam invadir muitas coisas, muitas coisas, terreno, eles são invasores que entram lá dentro para explorar ouro ou explorar ou madeira, explorar coisas. E nós estamos atrás de um pedaço de chão, né? Um negócio para nós, trabalhar para nós, viver para nós, gerar o alimento aqui dentro, aqui dentro do cantinho que nós temos para nós se alimentar. E talvez, se sobrar, vender um pouquinho lá fora, né? Então eles, na verdade, as pessoas não, esses são o legítimo invasor. Nós, o Sem Terra, não é… o Lula mesmo falou aquele dia lá que os Sem Terra não é o invasor do terreno. Então foi por isso que essa palavra invasão, é até proibido falar dentro do Sem Terra, se trata de ocupação" (M. C. R., 2025, ARC).

Concordamos com Caldart (2001), ao afirmar que ser Sem Terra é mais do que lutar por terra, "Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: Sem Terra do MST!".

Embora o MST tenha sido mencionado em sete entrevistas, dentro dessas, em cinco delas os sujeitos destacaram também diferentes referenciais identitários, como a área em que vivem, a coletividade, os laços familiares e a própria necessidade de sobrevivência.

Quando questionados sobre a importância da identidade para sua permanência no acampamento, todos os entrevistados reconheceram a sua importância. A identidade, seja ela vinculada à terra, ao território, ao movimento ou ainda a todos esses referenciais e outros simultaneamente, representa grande importância para a permanência e o pertencimento dos acampados. Apresentamos, a seguir, os relatos de todos os participantes que responderam à pergunta: "Você acredita que essa relação de identidade é importante para a sua permanência aqui?"

> "Eu acho que sim, né?" (S. A. S. L., 2025, ARC).

> "Com certeza né, é pra isso que nós tamo aqui" (J. S., 2025, ARC).

> "Eu acredito que sim. Porque se não tivesse seria difícil. Seria difícil, porque, meu Deus, a gente está aqui, Cada um tem um sonho, né? De estar aqui, de conseguir alguma coisa ou algum objetivo na vida, né? Lutar!" (R. B. F., 2025, ARC).

> "É… É porque, eu acho assim que.. que nem esses que vai e vem, eu até fico olhando. Tem pessoas que, umas dez vezes, foi embora, e voltou, foi e voltou, mas sabe que a solução é aqui... É porque ela não tem essa identidade, né? Do movimento, eu acho,

> né? Que ela tem mais da, vamos dizer, da cidade. Sei lá. Não tem identidade" (G. F. L. T., 2025, ARC).
>
> "Eu acredito que sim, tem. É o que mais importa, né? A identidade você se identifica com o lugar, que é aquilo que você tem o objetivo, que você tá na luta, você faça chuva ou sol, o teu objetivo maior ainda é conquistar um pedaço de chão, né?" (R. M., 2025, ARC).
>
> "Eu sei lá, deve ser né.. eu acho importante. Porque é uma honra, porque vai ser isso que eu vou ser pro resto da vida. [Se o senhor não tivesse essa identidade, acha que continuaria aqui dentro da mesma forma?] Eu acho que não. Acho que eu não continuaria" (M. C. R., 2025, ARC).
>
> "Sim, a gente luta junto, com todos. Porque cada um tem o objetivo deles que é ganhar um pedacinho, né? A gente também, né?" (M. H. S, 2025, AVC).
>
> "Ah, é bastante, né? Bastante importante. Bastante importante, porque aqui a gente tá no sonho da gente. A gente tá no sonho" (P. R.), 2025, AVC).
>
> "Ah, é né. É que nem diz o ditado, quanto mais a gente…tipo, sentir firmeza, é melhor. Sempre eu falo pra turmada, aqui a gente tem que pedir a Deus que dê certo esse assentamento aqui.. por causa que, que nem eu falei, nós vamos voltar pro assentamento, mas só que, deus o livre, de um despejo mesmo pra nós sair, mas nós sair por espontânea vontade eu não tenho" (J. R., 2025, AVC).
>
> "Sim" (J. C. S. R., 2025, AVC).
>
> "Eu acho que sim" [Se não houvesse essa identidade, vocês permaneceriam acampados?] "Não" (R. O., 2025, AVC).
>
> "Com certeza, eu acho super importante porque a pessoa que não se identifica com a realidade, com a vivência no campo ela não consegue ficar aqui, ela teria que ir pra cidade, trabalhar em uma empresa, ou algo nesse sentido" (E. X., 2025, AVC).

Diante disso, constatamos que as identidades presentes entre os acampados são heterogêneas, não sendo possível definir uma única identidade que represente toda a complexidade das relações estabelecidas com o movimento e com o território. A identidade é uma realidade complexa, atravessada por diferentes elementos que se entrelaçam. Trata-se, portanto, de um conjunto de relações multidimensionais que compõem a territorialidade camponesa Sem Terra e que se mostram fundamentais para a permanência e coesão dos acampamentos.

SEGUINDO A CAMINHADA...

Esta pesquisa procurou compreender como se constrói a vida nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mostrando como a luta pela terra vai muito além da conquista de um lote. Ao longo desse trabalho, conhecemos a realidade do Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC) e do Acampamento Vitória do Contestado (AVC),

ouvindo as histórias, as dificuldades, os sonhos e as formas de organização das famílias que vivem nesses territórios.

Mostramos que os acampamentos são muito mais do que um lugar de espera pela reforma agrária. Neles se constroem relações de solidariedade, trabalho coletivo, identidade e resistência. Também foi possível perceber que a luta pela terra não termina com a ocupação de uma área. Permanecer no acampamento exige organização, união e muito esforço. Mesmo diante das dificuldades, as famílias continuam produzindo alimentos, preservando seus conhecimentos, fortalecendo o trabalho coletivo e buscando alternativas para viver com dignidade no campo.

A pesquisa também mostrou que a luta pela terra não depende apenas da força e da organização das famílias, mas também da atuação do poder público. A demora na desapropriação das áreas, o excesso de burocracia e a falta de investimentos transformam a espera em uma realidade permanente. Essa situação acaba desanimando muitas famílias, que, diante das dificuldades, acabam desistindo da luta pela terra antes mesmo da conquista do assentamento.

O modelo de reforma agrária do Brasil tem se mostrado lento e insuficiente para enfrentar a histórica concentração de terras. Em vez de promover mudanças profundas na estrutura fundiária do país, limita-se a ações localizadas e pontuais. Enquanto isso, grandes propriedades continuam concentrando terras, riqueza e poder.

Também ficou evidente que a ausência de políticas públicas aumenta ainda mais as dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas. A falta de estradas em boas condições, de energia elétrica de qualidade, de água encanada, de saneamento básico e de moradias adequadas compromete não apenas a produção agrícola, mas também a saúde, a educação e a qualidade de vida de quem vive nos acampamentos. **Nenhuma família deveria permanecer tantos anos vivendo em condições precárias enquanto espera por um direito que já lhe é reconhecido.**

Outro desafio identificado ao longo da pesquisa é o preconceito que ainda recai sobre os integrantes do MST. Muitas vezes, os acampados são vistos apenas pelos conflitos divulgados na mídia (muitas vezes enviesada), enquanto pouco se conhece sobre sua realidade, seu trabalho, sua produção de alimentos e sua organização coletiva. Conhecer os acampamentos permite compreender que ali vivem trabalhadores, mulheres, homens, jovens, crianças e idosos que buscam, por meio da luta organizada, conquistar condições dignas de vida no campo.

Assim, torna-se necessária uma reforma agrária radical, que enfrente de forma efetiva a histórica concentração de terras no Brasil e garanta a democratização do acesso à terra. Mais do que distribuir propriedades, é preciso construir um modelo capaz de fortalecer a agricultura camponesa, produzir alimentos saudáveis, preservar o meio ambiente e oferecer condições para que as famílias possam viver com dignidade e permanecer no campo.

Essa transformação também depende da ampliação das políticas públicas voltadas ao espaço rural. É fundamental investir na melhoria das estradas, garantir acesso à energia elétrica, água tratada e saneamento básico, além de fortalecer programas de habitação rural que substituam a precariedade das moradias temporárias.

Da mesma forma, é preciso facilitar o acesso à nota de produtor rural, permitindo que mais famílias comercializem sua produção e participem de programas como o PNAE e o PAA. O acesso ao crédito com juros reduzidos e à assistência técnica também é essencial para recuperar os solos, aumentar a produção de alimentos e criar condições para que os jovens encontrem perspectivas de futuro no campo.

Fortalecer a agricultura camponesa significa também incentivar formas de produção que respeitem a natureza. A agroecologia e a produção orgânica demonstram que é possível produzir alimentos preservando a água, o solo e a biodiversidade. Diferentemente, a expansão das monoculturas voltadas à exportação de commodities aprofunda a concentração de terras, reduz as áreas destinadas à produção de alimentos, aumenta a degradação ambiental e coloca o lucro acima das necessidades da população.

Por fim, mais do que apresentar resultados, este livreto é um compromisso entre pesquisador e comunidade, é uma forma de devolver às famílias um pouco daquilo que elas compartilharam durante a pesquisa. Espero que estas páginas ajudem a registrar parte da história dos acampamentos Reduto de Caraguatá e Vitória do Contestado e valorizem a caminhada de cada homem, mulher, jovem e criança que, todos os dias, seguem acreditando que um país mais justo também passa pela democratização do acesso à terra.

Que esta conversa não termine aqui. Que ela continue nas reuniões, nas cozinhas, nas roças, nas colheitas, nas escolas, nos acampamentos e nos futuros assentamentos, fortalecendo a memória, a organização e a esperança de quem segue lutando por terra, dignidade e justiça social.

Um grande abraço, camaradas.

Seguimos na luta.

Hudson Baskoski.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. O conceito de classe camponesa em questão. **Terra Livre**, v. 2, n. 21, p. 73-88, 2003.

BASKOSKI, Hudson Cleiton Ressai. **Territorialidades nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região Sudeste do Paraná (2005-2025)**. 2026. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **O Incra**. Brasília: Governo Federal, s.d. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso a-informacao/institucional/o-incra.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_201 6.pdf

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, p. 207-224, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). Tradução Klauss B. Gerhardt. Prefácio de Ruth C. L. Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, n. 6, p. 24 – 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 197-215

FERNANDES, Bernardo Mançano. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA-BRASIL. **Revista Nera**, n. 1, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrews; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2014.

FONSECA, Silas Rafael da; GEMELLI, Diane Daniela. O CONTESTADO: AS MARCAS DA GUERRA E DO PROCESSO DE VIOLÊNCIA. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 3, p. 22-35, 2017.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado:** Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/81043.

FRAGA, Nilson Cesar; GONÇALVES, Cleverson; CAVATORTA, Mateus Galvão. Contestado: o sagrado e o profano de uma guerra secular. **Geografia (Londrina)**, v. 26, n. 1, p. 143-157, 2017.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010. (L&PM Pocket, n. 900)

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Megaoperação contra desmatamento acaba com ação ilegal em General Carneiro**. Agência de Notícias do Paraná, 25 jan. 2023. Disponível em: https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Megaoperacao contra-desmatamento-acaba-com-acao-ilegal-em-General-Carneiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca catalogo?view=detalhes&id=2101773.
MINERAIS DO PARANÁ S.A. (MINEROPAR). **Atlas geológico do Estado do Paraná.** Curitiba: Mineropar, 2001.

OXFAM BRASIL. **Relatório executivo:** Terra, poder e desigualdade na América Latina. 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/publicacao/relatorio executivo-terra-poder-e-desigualdade-na-america-latina/.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

ROCHA, Alberto Alves da; ICHIKAWA, Selestina Silvia Hatsumi. Evasões em assentamentos da reforma agrária no estado do Paraná. **Geografia (Londrina)**, v. 22, n. 3, p. 107-125, 2013.

ROOS, Djoni. et al. **A geografia das lutas camponesas no Paraná.** In: Observatório da questão agrária no Paraná. Atlas da questão agrária no Paraná. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021. p. 47-72.

ROSAS, Celbo Antonio Fonseca. Considerações sobre a questão agrária paranaense, territorialidades e realidades no contexto dos Campos Gerais. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 104, ago. 2016. Disponível em: https://www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 13 nov. 2025.

SACK, Robert David. **Human territoriality:** its theory and history. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Leonardo José Cordeiro et al. Mapeamento geomorfológico do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de geomorfologia**, v. 7, n. 2, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVARES, Thea. No Paraná, famílias de ocupações rurais e urbanas reivindicam acesso a serviços essenciais. **Brasil de Fato**, Curitiba, 13 dez. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/12/13/no-parana-familias-de-ocupacoes-rurais e-urbanas-reivindicam-acesso-a-servicos-essenciais/.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Estudo técnico jurídico territorial do Acampamento Reduto de Caraguatá, município de Paula Freitas/PR:** ref. solicitação MP/PR. Curitiba: UFPR, CEPPUR, ENCONTTRA, 2021. (Estudo Técnico nº 02/2021).

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.